

ACTA Nº 13
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 4 DE JULHO DE 2003

Aos quatro dias do mês de Julho de dois mil e três, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas 21:00 horas, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período para intervenção do público:

PONTO DOIS: Período da ordem do dia:

PONTO DOIS PONTO UM: Eleição de quatro cidadãos de reconhecida idoneidade, a designar pela Assembleia Municipal para integrarem o Conselho Municipal de Segurança.

PONTO DOIS PONTO DOIS: Sistema Multi-municipal de Água do Centro Alentejo - apresentação e ponto da situação actual.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, procedeu à abertura da sessão e o secretário realizou a chamada, verificando-se a presença dos Membros, Joaquim Maria Godinho Veiga, Joaquim Miguel Bilro Manguinhas, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Mário Joaquim Trindade de Deus, Maria Filipa Martins de Almeida, António José Moura Proença, Rui Manuel Ganito Bacalhau, Augusto Manuel Bilro Guégués, António Joaquim Moura Lopes, Francisco José Ramalho Mendes, António Andrade, Norberto João Figueiras Alpalhão, Ivone Espiguinha, Luís Manuel do Nascimento, Jerónimo João Pereira Cavaco, Joaquim Manuel Grego Esteves, António José Lopes Anselmo, António José Barroso Paixão e José António Carapeto Dias

PONTO UM: Período para intervenção do público:

O Presidente da Assembleia Municipal : Vamos entrar no ponto um da ordem de trabalhos, que é o ponto para intervenção do público. Se alguém do público quiser falar, faça favor.

O Membro Luís Nascimento : No período que é destinado ao público, eu gostaria de formular uma pergunta ao Executivo Municipal. Agora pergunto se deva dirigir-me para a área do público, se possa fazê-lo daqui?

O Presidente da Assembleia Municipal : Faz favor,

O Membro Luís Nascimento : Portanto, eu gostaria de perguntar ao Executivo Municipal, dado que o período estival já começou, já houve o época de calor que já se foi, mas que está novamente a regressar, dado que a época escolar já terminou, e se iniciou a época de férias dos estudantes, eu gostaria de perguntar para quando é que se prevê a abertura das piscinas municipais em Borba?

O Presidente da Assembleia Municipal : Senhor Presidente da Câmara quer responder?

O Presidente da Câmara Municipal : Os senhores Vereadores, eles respondem à questão.

O Vereador Artur Pombeiro : Em relação às piscinas, devo dizer-lhe que o ano passado introduzimos uns melhoramentos nomeadamente nos filtros, e tivemos um estudo sobre a piscinas este ano, porque as piscinas não podiam este ano continuar a funcionar com a profundidade que tinham, nomeadamente a piscina maior, o tanque maior. Chamámos cá uma empresa que fez um estudo. E daí, as análises, nomeadamente, as análises de superfície não eram satisfatórias. Atendendo ao prazo que a empresa levaria a fazer essa reparação, avançámos com os meios da Câmara, e isso provocou algum atraso, nomeadamente porque tivemos três (3) semanas à espera desse estudo. As piscinas neste momento encontram-se na fase de conclusão, já estão pintadas, a limpeza está feita, a manutenção às máquinas está

feita à semelhança de anos anteriores, nomeadamente o ano passado em que tivemos que renovar toda a área dos filtros, pensamos que dentro da próxima semana, certamente a piscina já se encontrará em funcionamento.

O Presidente da Assembleia Municipal: Então passávamos ao período da ordem do dia.

PONTO DOIS PONTO UM: Eleição de quatro cidadãos de reconhecida idoneidade, a designar pela Assembleia Municipal para integrarem o Conselho Municipal de Segurança.

O Presidente da Assembleia Municipal: Na sequência da aprovação do regulamento provisório do Conselho Municipal de Segurança, o Presidente da Câmara Municipal dirigiu à Assembleia, um ofício, solicitando a indicação de quatro cidadãos para integrarem o Conselho. O assunto está colocado e portanto aceitam-se inscrições para debate sobre esta questão. Talvez ajude a iniciar o debate uma análise prévia que a mesa da Assembleia fez sobre o assunto que deu origem a uma proposta. Essa proposta vai ser entregue ao plenário, e depois de ser admitida poderia ser debatida (proposta em anexo 1).

O Membro Filipa Almeida : Boa noite em primeiro lugar. Não era para criar um problema sobre esta votação até porque eu também vou apresentar uma proposta e não há problema nenhum. Eu peço à mesa da Assembleia que analise juridicamente esta questão da admissão das propostas a votação porque isto várias vezes já nos levantou dúvidas. Se as propostas não têm que ser todas postas à discussão. É um pedido que faço que a mesa averigue juridicamente se é votada a admissão das propostas ou não. Porque eu tenho algumas dúvidas sobre isso e também não gostava de ficar com elas.

O Presidente da Assembleia Municipal: Nós vamos pedir uma análise jurídica, embora já se tenha feito alguma análise. As propostas na Assembleia da República são todas admitidas. Podem ser por plenário, ou podem ser pelas comissões. Se nós funcionarmos em comissões ou em grupos de trabalho, podemos aí decidir pela admissão da proposta, se não funcionarmos, funcionarmos só em plenário, então tem que ser votada a admissão. Todas as propostas têm que ser admitidas, isto é o que nós concluímos. Agora, juridicamente, como a Câmara possui uma ACESSOURA jurídica, vamos colocar-lhe o problema.

O Membro Filipa Almeida: Não, mas o regimento da Assembleia da República provavelmente prevê esta forma e o regimento da Assembleia Municipal e a legislação das Assembleias Municipais não prevê, por isso é que eu levantei isto.

O Presidente da Assembleia Municipal Exactamente. Como o regimento não define é o entendimento da mesa que prevalece. A não ser que queira apresentar uma proposta que retire à mesa essa capacidade. Portanto, vamos votar a admissão desta proposta. Quem vota a favor, faça o favor de levantar o braço, a proposta está admitida por unanimidade. E agora vamos abrir a discussão da proposta, fazem o favor de se inscrever. Doutora Filipa se faz favor.

O Membro Filipa Almeida: Então, para não perdermos tempo e quem, quem estivesse a ver de fora, esta Assembleia até parecia que, até parecia que a CDU e o Partido Socialista se tinha encontrado clandestinamente para fazer duas propostas iguais, isso não aconteceu, mas na discussão do regulamento do Conselho Municipal de Segurança, nós e eu lembro-me que fui eu que fiz esta proposta de que os cidadãos, os quatro cidadãos que a lei prevê fossem distribuídos desta forma representativa proporcionalmente pelas forças políticas. A lei não define como é que é, e entendemos até à semelhança de outros concelhos e alguns onde o Partido Socialista tem maioria, isto já foi feito, e é uma forma, não sabia que ia aparecer esta proposta, mas ainda bem que aparece, nós temos uma no mesmo sentido, eu não sei Senhor Presidente, mas se calhar, sem complicarmos e sem formalizarmos demasiado as duas fundem-se numa só e se calhar estaremos todos de acordo ou não, não é? Mas se calhar estaremos todos de acordo e eu, passava a ler também se não se importasse e punham-se as duas à discussão, porque são, são iguais no seu fundamento. Considerando que a lei que regula os Conselhos Municipais de Segurança, prevê a participação de quatro (4) cidadãos de reconhecida idoneidade designados pela Assembleia Municipal e tendo em conta que já na discussão do regulamento, haviam-mos feito esta proposta, propomos que os referidos cidadãos sejam indicados pelas forças políticas representadas no órgão, na

Assembleia Municipal de acordo com a representatividade proporcional de cada uma. Assim o PS indicará duas pessoas, a CDU indica uma e o PSD apesar de ter só um eleito, indicará um quarto elemento. Estes cidadãos não são necessariamente membros da Assembleia ou de qualquer órgão Autárquico, mas também não é proibido que o sejam. Esta proposta parece-nos adequada para a resolução do problema, já que nenhuma força política representa todos os municípios e o Conselho de Segurança é um órgão que beneficiará certamente com o contributo de todos. Se esta proposta merecer a aprovação da Assembleia, terão as três forças políticas de se comprometer a indicar o nome, ou os nomes num período de tempo a acordar aqui, no fundo vai de encontro à proposta da mesa da Assembleia e, se calhar, a discussão pode-se fazer em conjunto porque não faz sentido fazê-la separadamente penso eu. (Proposta em anexo 2).

O Presidente da Assembleia Municipal: Pronto, vão ser tiradas fotocópias da proposta para serem distribuídas, entretanto se alguém quiser falar sobre o assunto, faz favor.

O Membro Filipa Almeida : Senhor Presidente é sobre a proposta da mesa quando diz, os cidadãos em causa serão indicados e devidamente identificados pelos Grupos Municipais até finais do mês de Agosto, tudo bem. A mesa da Assembleia propõe ao plenário a designação dos cidadãos em próxima Assembleia,

O Presidente da Assembleia Municipal: Quer dizer que nessa altura, na posse das pessoas indicadas pelo grupos Municipais, iremos trazer aqui os nomes para o plenário os aprovar, votando.

O Membro Filipa Almeida: Pelos grupos municipais ou pelas forças políticas concorrentes?

O Presidente da Assembleia Municipal: Pelos Grupos Municipais

O Membro Filipa Almeida: Aí não podemos estar de acordo, porque a lei não obriga a formação de grupos Municipais, até pode ser formado, mas não obriga a formação de grupos Municipais,

O Presidente da Assembleia Municipal: Está bem, a doutora veja lá, nós já vamos pedir um parecer jurídico sobre a admissão das propostas, podemos também solicitar esse parecer jurídico,

O Membro Filipa Almeida: Sim, sim,

O Presidente da Assembleia Municipal: Com a obrigatoriedade ou não, de serem os grupos Municipais, eu gostaria que também fizesse uma análise interna, na sua força política e que era de saber onde é que não existem Grupos Municipais. Portanto, a segunda proposta vai ser colocada à admissão, quem vota a favor da admissão da proposta, faça o favor de levantar o braço, está admitida por unanimidade. Engenheiro Cabral se faz favor.

O Membro Carlos Cabral : Boa noite a quem ainda não cumprimentei. Então, as diferenças nas duas propostas serão: a dos grupos Municipais como é evidente e a outra é que uma proposta é muito mais adjectivada do que a outra e aí de facto, eu acho que tem coisas, que não serão necessárias cá estar, por exemplo o período: "estes cidadãos não são necessariamente Membros da Assembleia ou de qualquer órgão Autárquico", mas também não é proibido que o sejam, não percebo bem porque é que está aqui, porque ninguém está a proibir nada. Uma formulação da liberalidade de escolha dos Grupos Municipais ou das comissões de política como queiram é muito melhor do que estar aqui. Também o entre parênteses do PSD, "apesar de só ter um eleito, e indicar o quarto elemento" me parece em contradição com o parágrafo abaixo em que diz que as forças políticas representam todos os municípios. Este eleito tem uma série de eleitores, então, para que é que há-de estar em parênteses que só tem um. Logo está aqui uma adjectivação que me parece, neste caso, um pouco a mais, e que tem a ver mais com a forma do que com o feitiço, digamos. É mais um estilo e uma formalidade da escrita, mas que me parece francamente que seria necessário depurar esta escrita porque põe os Membros da Assembleia a votar uma proposta que quer já condicionar. Não percebo o que é que está aqui a fazer, e o PSD coitadinho tem um só. Mas é uma força política, têm eleitores. Francamente não vejo necessidade de cá estar e se os autores não se importam, porque não é preciso estar a gente sempre a afirmar que uma força política, apesar de só ter um

eleito tem, toda a gente sabe que só tem um eleito, não é preciso estar a afirmá-lo nas propostas, por amor de Deus.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutora Filipa se faz favor.

O Membro Filipa Almeida : A questão do PSD apesar de só ter um eleito é que se fossemos fazer as contas e o engenheiro Carlos Cabral também sabe fazê-las certamente. Se fossemos fazer as contas à representação proporcional provavelmente o PSD não teria ninguém entres estes quatro (4), desculpem, entre os quatro (4) cidadãos de reconhecida idoneidade, o PSD não indicaria ninguém. É só por isso, não é menosprezar de maneira nenhuma a eleita do PSD. Não há nenhuma intenção de, de minorizar é mesmo porque em termos de representação proporcional, isto não dava três (3), um (1), um (1), dava outra coisa, se calhar dava três (3), para o PS e um (1), para a CDU e não daria ninguém ao PSD. A questão de serem Membros ou não da Assembleia Municipal era para especificar porque nós não sabíamos que a mesa da Assembleia ia apresentar esta proposta, se o soubéssemos não faríamos uma semelhante. Quando eu disse no início não nos encontrámos para cada um fazer um texto diferente, era para ser o mais específica possível e não ficar dúvidas a ninguém que estes cidadãos podem ser cidadãos que não têm nada a ver com os órgãos Autárquicos, e penso que a mesa tem o mesmo entendimento. São quatro cidadãos de reconhecida idoneidade, é para especificar e mais nada.

O Presidente da Assembleia Municipal: Ivone se faz favor.

O Membro Ivone Espiguinha : Sim, o PSD realmente não trouxe nenhuma proposta, mas por acaso já trazia um nome porque se achava por direito a indicar um nome.

O Presidente da Assembleia Municipal: Professor Cabral se faz favor.

O Membro Carlos Cabral: Não é pela representação proporcional que se faz esta proposta, não é isso que está em causa, nada no regulamento o diz, nem é isso que está em causa, aliás a gente aqui até podia escolher quatro elementos completamente independentes das forças políticas, por exemplo se houvesse por acaso no concelho especialistas em segurança, etc. Logo não é a representação proporcional que leva a fazer uma proposta deste tipo, neste caso nem a representação proporcional está indicada para todos os casos. Bom, de facto, até parece que neste momento é a maneira mais simples, a repartição pelas forças políticas, pondo todas em representação.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar sobre este assunto? Então vou colocar o seguinte questão, temos duas propostas muito semelhantes ou vamos votar as duas ou pergunto aos eleitos da CDU se querem retirar a deles. Não querem. Vamos votar as duas.

O Membro Carlos Cabral: Este era um caso em que se fosse aplicado o regulamento da Assembleia da República baixava a comissão para se estudar e fundir, como a gente aqui não baixa à comissão, logo a gente não estuda e funde. E logo, a questão é que se se vai votar as duas, eu então solicito que se faça um esforço para chegar a acordo só numa. Porque evidentemente senão for reformulada a proposta da C.D.U, eu não voto nesta, voto só na da mesa .

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos votar as duas, portanto, vou colocar à votação a primeira proposta entrada que é a proposta da mesa, toda a gente a tem na sua posse não preciso de ler. Quem vota a favor da proposta faça o favor de levantar o braço, faça o favor de baixar, quem vota contra, quem se abstém, está aprovado por unanimidade. Segunda proposta apresentada pelos eleitos da CDU, quem vota a favor da proposta faça o favor de levantar o braço, faça o favor de baixar, quem vota contra, quem se abstém, fazem o favor de baixar. Portanto, a proposta foi aprovada tendo a favor cinco (5) votos, abstenções treze (13), contra (1), um. Portanto, na presença das duas propostas vamos dar comprimento às duas, só existe uma nuance que é a tal dos Grupos Municipais que nós iremos esclarecer através da assessora. Solicito que a identificação dos cidadãos seja entregue até finais de Agosto no Gabinete de Apoio para ser votada na próxima Assembleia Municipal. Vamos passar ao ponto número dois (2), da ordem de trabalhos.

PONTO DOIS PONTO DOIS: Sistema Multi-municipal de Água do Centro Alentejo - apresentação e ponto da situação actual.

O Presidente da Assembleia Municipal: Passo a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado senhor Presidente, aquilo que a Assembleia decidiu quando da adesão ao sistema multi-municipal está a ser cumprido agora. Só agora, porque houve todo um processo burocrático que decorreu entretanto, houve uma série de aspectos que foram necessários ser equacionados e trabalhados. De acordo com a solicitação da Assembleia para que fosse feita uma sessão de apresentação do sistema, cá estamos para a fazer. Nada melhor para apresentar o sistema do que a pessoa que eu tenho aqui ao meu lado direito, que é o engenheiro Coelho de Carvalho, uma pessoa que esteve ligada à implementação do sistema das águas do norte Alentejano e neste momento ligado, portanto, ao Conselho de Administração, portanto, membro do Conselho da Administração das "Águas do Centro Alentejo S.A". E eu pedia ao senhor Presidente da Assembleia que me deixasse passar a palavra ao senhor engenheiro para ele fazer a apresentação do sistema.

Engenheiro Coelho de Carvalho : Muito obrigado, muita boa noite, lamentavelmente eu trazia uma apresentação no computador mas este não quis arrancar, de maneira que terei que os maçar só com palavras e sem imagens. De qualquer forma a minha ideia nesta apresentação seria começar por uma definição de sistema multi-municipal, seguindo-se aquilo que se pretende implementar nas "Águas do Centro Alentejo" e depois terminar com aquilo que está previsto executar especificamente em Borba. A criação dos sistemas multi-municipais deu-se fundamentalmente porque se constatou no início do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio que o país necessitava, para cumprir aquilo que estava estipulado, de verbas muito superiores àquelas que o Fundo de Coesão poderia cobrir. Isso obrigou, como é lógico, a que se criasse uma filosofia de sistema multi-municipal que permitisse, digamos, a criação das infra-estruturas necessárias e por outro lado uma apoio específico do Fundo de Coesão para cada sistema que permitisse e viabilizasse uma tarifa socialmente aceitável e dentro de um leque pré-defenido. Ora bem, as "Águas de Portugal" representam nesse aspecto a capacidade de endividamento o conhecimento específico e digamos a capacidade específica, porque são empresas criadas única e exclusivamente para esse fim, portanto, não diversificam a sua actividade. Será o parceiro indicado por causa desses aspectos específicos. Por outro lado, também o facto de as Câmaras serem accionistas, clientes e participantes nos órgãos sociais cria uma relação privilegiada às próprias câmaras no desenvolvimento destas empresas e na sua própria actividade, ou seja, as Câmaras embora tenham no seu conjunto uma percentagem inferior às "Águas de Portugal", efectivamente, como são os únicos clientes, acabam por ter uma voz activa e preponderante em toda e qualquer decisão. Esse factor, cliente, accionista e participante nos órgãos sociais, trás efectivamente algumas vantagens inerentes a este processo e que se traduzem por um investimento nulo das Câmaras durante o período de concessão, ou seja, durante o período de concessão, as Câmaras não necessitam de efectuar qualquer investimento nesta área, quer no abastecimento, quer no saneamento. Consequentemente libertam toda a sua capacidade de endividamento para outras actividades de que tenham necessidade e portanto, não precisam de as afectar a esta actividade. É evidente que com o rigor que se pretende em termos de cumprimento de normas ambientais cada vez mais rigorosas, da poupança de um meio que é fundamental preservar que é a água e que não é um bem infinito, é um bem actualmente bem escasso, as Câmaras, face à diversidade das suas actividades podem delegar numa empresa específica que se concentre única e exclusivamente nesta actividade, e obviamente obter uma mais valia em termos quer de funcionalidade, quer de operacionalidade. Por outro lado, há pessoal da própria Câmara que está afecto às Etar's e às Eta's, (abastecimento e saneamento) que pode ser disponibilizado para a empresa a partir da altura em que a empresa esteja a funcionar. Há, efectivamente um controlo efectivo de custos porque a Câmara sabe exactamente aquilo que paga pelo serviço durante o ano, e sabe que não tem nenhum investimento. Tem com certeza absoluta maiores garantias de abastecimento de quantidade de água e de qualidade no abastecimento, face aos investimentos específicos que irão ser feitos, e por outro lado e como já disse, também é evidente que se apoia num grupo que tem uma reconhecida capacidade financeira e um know-how também muito específico que já vem de há muitos anos. Não só da EPAL como das empresas de primeira geração como "Douro e Paiva" e as "Águas do Algarve" que trouxeram às "Águas de Portugal" todo um know-how específico, quer de actividade,

quer de técnica de tratamento de águas e de capacidade de saneamento dos esgotos. Ora bem, as "Águas do Centro Alentejo" nesta altura abrangem seis (6), concelhos: Évora, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Mourão, Borba e Alandroal. Como accionista também, está as "Águas de Portugal" e a "Edia" também, porque a "Edia" também tem uma intervenção directa na zona através do Alqueva, como através de algumas actividades que já tem mantido com as Câmaras locais e é uma empresa também ligada por natureza ao ambiente, constituindo uma maior valia muito grande para toda esta região. O sistema do "Centro Alentejo", é um sistema que tem especificamente três origens de água. Esta zona dos mármore, tem a barragem da Vigia e tem a barragem de Monte Novo. Não há mais origens de água salvo situações muito pontuais, algumas delas, com é evidente, têm falta de qualidade e infelizmente algumas situações que são tidas como fiáveis, mas que não são. Eu posso inclusivamente nomear um dos abastecimentos alternativos de Évora nesta altura, são os poços da Graça do Divor que não é um aquífero como este, é um lençol friático que nos anos em que chove tem água, e nos anos em que não chove é evidente que não pode ter água, portanto, são situações que não são fiáveis, que existem pontualmente. Das situações fiáveis que eu referi, estas três (3), são as únicas para esta região e principalmente o Monte Novo que terá o canal do Alqueva, portanto, transvaze do Alqueva em meados de dois mil e seis (2006). O sistema que está previsto executar mantém para Borba o aquífero de Estremoz, é um dos aquíferos que no Alentejo é fiável embora muito calcário e portanto, obrigando o tratamento muito específico por causa dessa característica, dessa dureza de água e Alandroal que também faz parte do mesmo sistema. Redondo ficará abastecido no futuro próximo, portanto, a partir de dois mil e seis ficará abastecido somente da barragem da Vigia, é sabido que a barragem da Vigia não tem capacidade para suportar rega e abastecimento público, portanto, procurou-se através da utilização da barragem da Vigia só para o Redondo minimizar a captação de água e Monte Novo vai abastecer Évora, Reguengos e Mourão. Portanto, Reguengos passará a ficar abastecida da barragem do Monte Novo. Isto no aspecto genérico. Em termos do saneamento no geral dos concelhos serão recuperadas ou construídas mais de cinquenta (50) "Estações de Tratamento de Águas Residuais" que é um ponto, que normalmente é esquecido e que é fundamental para a região. Quer pela actividade que há nalguns pontos industriais ou mesmo artesanais a nível de queijarias, quer pela preservação do meio porque digamos temos que nos compenetrar que vivemos num circuito fechado. Ou seja, aquilo que deitamos fora e que devolvemos à natureza tem que ser devolvido em condições, por forma a que não polua aquilo que vamos receber de volta, quando captamos a água. Esse é um aspecto que é fundamental. Em termos genéricos o sistema abrange uma área superior a três mil quilómetros quadrados (3000km²), com cerca de cem mil (100.000) pessoas. No caso concreto de Borba, efectivamente estão em causa mais de oito mil (8000) habitantes e aquilo que prevemos efectivamente fazer, é remodelar as oito (8) captações existentes no concelho, e construir uma ETA, tendo em consideração que esta água precisa de ser tratada em termos da quantidade de calcário que tem e, portanto, precisa de ser efectivamente corrigida por forma a garantir a sua qualidade. Isso implica a remodelação das oito (8) captações existentes e a construção de uma ETA, de uma estação elevatória que bombe para um depósito a ser construído e alguns quilómetros de adutora. Na realidade estão previstos construir cerca de doze quilómetros (12km) de adução, e garantir os pontos de entrega que são os pontos principais para garantir o abastecimento a todo o concelho. O reservatório da Orada, e o reservatório do Alto dos Bacos serão os pontos de entrega de água que garantem a partir daí, todo o abastecimento a todo o concelho. Em termos de saneamento vamos fazer intervenção em cinco (5) localidades. Obviamente que em Borba que tem uma população significativa e tem problemas específicos que eu deixo para o fim, Rio de Moinhos, Nora, Orada e Barro Branco. A construir serão duas, outras efectivamente a ampliar face às características que têm, portanto, vamos privilegiar logicamente na região as lagonagens e macrófitas para afinação do tratamento secundário e vamos construir, pensando na especificidade de cada uma das localidades abrangidas. O caso de Rio de Moinhos é um caso muito particular e que tem que ser olhado de uma forma muito cuidada porque tem efectivamente mais de quarenta (40) queijarias artesanais. O ideal seria efectivamente concentrar, digamos, o trabalho dentro de um único recinto que permitisse um pré-tratamento e a seguir o encaminhamento dos esgotos para uma ETAR normal. É evidente que sendo artesanais não conseguimos, não conseguimos garantir esse pré tratamento ou a remoção de gorduras e consequentemente teremos que aumentar as áreas de tratamento por forma a que as gorduras não interfiram com o tratamento que se pretende. Em termos genéricos, pretende-se com o sistema garantir o objectivo mínimo que é de noventa e cinco por cento. Nesta região iremos atingir noventa e oito (98), entre noventa e oito e noventa e nove por cento (99%) de abastecimento e em termos de saneamento

ultrapassamos largamente os noventa por cento (90%), ou seja garantimos que não há poluição do meio ambiente. Consequentemente as origens da água poderão ser mais fiáveis em termos de qualidade do que aquilo que são actualmente. Eu creio que de uma forma genérica, sem entrar em pormenores em relação ao sistema de Borba, concretamente, disse aquilo que seria importante de momento. Uma coisa que o senhor Presidente também referiu e que é importante é que nesta altura estão em apreciação noventa por cento (90%), dos projectos da região que estão em análise para adjudicação, portanto, durante o mês de Agosto, esses projectos serão adjudicados e consequentemente prevemos que noventa por cento, das empreitadas serão adjudicadas entre Fevereiro e Março. Os restantes dez por cento (10%), entre Abril e Maio do próximo ano, ou seja com o prazo perfeitamente viável de conclusão face a um investimento que se prevê em sessenta e seis milhões de euros (66.000.000), com um investimento em obras entre cinquenta (50) a cinquenta e cinco milhões de euros (55.000.000). Não existe grande problema, o apoio do Fundo de Coesão é o apoio necessário para garantir que as tarifas estão dentro do leque nacional de tarifas em alta, e portanto, é o preço pelo qual a água é fornecida à Câmara. Esse preço, a razão da existência desse preço tem que ver com a viabilidade da empresa por um lado, e por outro lado está dentro desse leque de preços, por uma razão, é que estas empresas não podem gerar lucro porque são subsidiadas e têm apoio do Fundo de Coesão, consequentemente não podem ter lucro, o lucro seria encarado como financiamento próprio do Estado, via impostos. Nesse aspecto quer o cumprimento de objectivos quer o cumprimento da tarifa que está definida é uma das prioridades e um compromisso, digamos, que se pretende manter com todos os municípios.

O Presidente da Câmara Municipal : Senhor engenheiro, muito obrigado. Penso que foram dadas informações úteis e que no fundo vão de encontro a algumas questões que inclusivamente foram colocadas numa última Assembleia Municipal, mas que me parece que agora de viva voz, foram ouvidos de um dos responsáveis da empresa. No fundo isto é o ponto da situação actual, muito obrigado senhor engenheiro, senhor Presidente se faz favor.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, iríamos agora estabelecer um período de debate e esclarecimento sobre a exposição que foi feita. Doutor Nascimento se faz favor.

O Membro Luís do Nascimento: Ora boa noite. Em primeiro lugar quero dizer que, de facto, esta apresentação não foi aquilo que o Partido Socialista anunciou na Assembleia Municipal onde foi aprovada a adesão ao sistema Multi-Municipal. O Partido Socialista tinha prometido um debate sim, um debate público onde fossem esclarecidas os prós e os contras do Sistema Multi-Municipal e do sistema Inter-Municipal. Não, este figurino que foi hoje aqui apresentado, parece-me que esta forma de apresentação, se bem que da nossa parte tenhamos ficado ilucidados em relação àquilo que é o sistema Multi-Municipal, mas esta apresentação, este debate seria mais rico, seria mais enriquecido se houvesse também um técnico do sistema Inter-Municipal que pudesse fazer a sua apresentação e também apresentar os prós e os contras em relação a esse mesmo sistema. Isto para dizer que de facto, o sistema Multi-Municipal não é o único sistema possível para fazer o abastecimento em alta às populações e de fazer o tratamento dos influentes, domésticos, industriais, etc. No nosso ponto de vista, é claro que fica altamente prejudicada a população de Borba, porque pode-se ver pela assistência que de facto, agradecendo a presença dos que estão presentes neste momento, consideramos que deveria ser uma presença muito mais numerosa que aquela que está aqui. Quer dizer que pode entender-se que, não houve interesse da parte do Executivo Municipal, por parte do PS, em divulgar um debate com a importância que este tem para poder esclarecer de facto. E é que a população está a perder e as duas últimas facturas da água assim o dizem, a minha factura de água triplicou em relação aos valores de quando foi feita a adesão de Borba ao sistema Multi-Municipal. Este processo de criação das empresas Municipais não é um processo recente, não é uma coisa de há dois (2) anos, é uma coisa que nasceu em mil novecentos e noventa e três (1993), pela mão de Cavaco Silva, pela mão de Cavaco Silva que pretendeu através da criação desse sistema de abastecimento de água e saneamento às populações formar um monopólio do sector das águas no qual a "Águas de Portugal" conseguiu de facto, assegurar esse monopólio. As "Águas de Portugal", neste momento se bem que o senhor engenheiro tenha dito, e disse muito bem que o preço da água que vai ser praticado pelas "Águas de Portugal", vai ter em conta a viabilidade da empresa, quer dizer isto para nós não é estranho, não é estranho. As "Águas de Portugal" vai gerir as águas de Borba

com o interesse economicista, vai procurar tirar lucro como é evidente. Neste momento, as "Águas de Portugal" já têm a maioria do capital em dez empresas Multi-Municipais e duas empresas de âmbito Municipal. Já têm o total do capital em cento e dezanove (119) Municípios no nosso país, já têm mais de metade da população portuguesa servida através dos seus serviços, mais de cinco milhões de habitantes portugueses estão a ser servidos pelas "Águas de Portugal". Com um montante de negócios superior a trezentos e sessenta milhões de euros por ano, isto, quer queiramos quer não, está a sair do bolso dos consumidores, está a sair do bolso dos consumidores. A água está a encarecer no dia a dia como nós muito bem temos assistido. Esta filosofia da criação das empresas Multi-Municipais, foi seguida pelo governo do Partido Socialista e nós temos bem presente a actuação do então ministro José Sócrates na criação destas empresas Municipais, estas empresas Multi-Municipais, criando inclusivamente dificuldades a que as Autarquias pudessem candidatar projectos Municipais, para esta área de serviço à população. Hoje estamos numa empresa Multi-Municipal, ou estaríamos numa empresa Inter-Municipal, para podermos, para podermos como foi aqui afirmado na apresentação, para podermos recorrer aos tais Fundos de Coesão. As autarquias, de uma forma inviabilizada pela mão do engenheiro Sócrates não poderiam e não podem recorrer aos fundos, aos Fundos de Coesão. O que é grave nisto tudo é que de facto, este governo actual, o governo actual do PSD/PP, já anunciou a privatização da "Águas de Portugal", quando é aqui apresentado que as "Águas de Portugal" vão fazer um investimento, vão colocar doze quilómetros (12km) de condutas adutoras que vão construir uma ETAR, que vão remodelar as ETARES da Orada, de Rio de Moinhos, vai construir as ETARES de Rio de Moinhos, Nora, vão mexer na Nora e na Orada e no Barro Branco. Naturalmente que esta privatização não é para o ano, nem para daqui a dois (2) anos o que se está a preparar neste momento é que com o investimento dos Fundos Comunitários, com o investimento do bolso dos portugueses está-se a criar de facto, uma empresa, a aumentar o capital de uma empresa que daqui por mais uns tempos vai ser de facto, privatizada. Provavelmente quando não for necessário fazer mais investimentos tão vultosos como os que foram aqui assim anunciados. E é importante que se diga que de facto, a água tem aumentado o preço e está cada vez mais cara. Mais a mais, ainda ontem e hoje na comunicação social veio a lume mais uma taxa, veio mais uma taxa para este sector das águas para subsidiar a actividade do Instituto Regulador da Água. É importante que se diga também que, e não foi afirmado na apresentação, que esta empresa Multi-Municipal vai gerir a chamada água do sistema em alta que é desde a captação, até à entrada do depósito e sublinho à entrada do depósito, não é à saída do depósito é à entrada do depósito. Quer dizer que a Câmara de Borba ao aceitar, ao aderir a esse sistema, mais não fez do que entregar às "Águas de Portugal" as águas que estão no subsolo deste concelho, para mais tarde as vir a comprar ao preço que torne a empresa viável. Quer dizer que a Câmara de Borba entregou um bem a uma entidade e que mais tarde vai ter que comprar esse bem. O sistema em baixa, esse, continua da responsabilidade da Câmara Municipal de Borba, ou seja desde o depósito até à torneira dos consumidores, passando por toda a rede de distribuição, com os problemas que nós reconhecemos que há na rede de distribuição em Borba. Com a adesão ao sistema Multi-Municipal, Borba fica unicamente servida por três (3) reservatórios: o de Borba, o de Orada e do Alto dos Bacos. São reservatórios que já existem sobre os quais a empresa não tem que fazer investimentos, pode fazer alguns melhoramentos, mas não investimentos. Não acrescenta nada de novo, não acrescenta nada de novo, quer dizer que todos os problemas que surgirem no abastecimento de água ou nos cortes de água, a empresa desde que faça chegar a água e felizmente o nosso subsolo, os nossos lençóis freáticos são ricos em água, são ricos em água desde que não haja rotura de fornecimento aos depósitos a empresa lava as suas mãos, lava as suas mãos na água que Borba, que a Câmara de Borba ofereceu. Lembro o caso da Nora que é um caso, que é gritante, continua a haver de facto dificuldades no abastecimento de água na Nora e a empresa Multi-Municipal, não vai aí investir uma palha. Há dificuldades na pressão de água nalguns pontos do concelho, na vila e nalguns loteamentos mais recentes, nas freguesias rurais e a empresa lava daí, mais uma vez, as suas mãos. E esta concepção, é bom que se diga, é prolongada por um período de trinta (30) anos, depois o património que é transferido para a empresa Multi-Municipal, é bom que se diga também, é feito ao preço de custo, ou ao preço de produção. O que quer dizer que, e sendo abatidas todas as amortizações com participações nacionais e comunitárias a que esses equipamentos estiveram sujeitos, (dou o exemplo de um equipamento que tenha custado mil (1000) contos para facilitar o raciocínio, à dez (10) anos, que tenha recebido a participação comunitária, portanto, setenta por cento (70%) do Fundos Comunitários tem um período útil de vida de trinta anos que é um período razoável para este tipo de equipamentos, com uma inflação

acumulada de cerca de cinquenta por cento (50%), o valor da avaliação final para a empresa a adquirir será de trezentos (300) contos), isto, neste momento, enquanto que mil (1000) contos à dez (10) anos valiam muito mais que estes trezentos contos, garantidamente. Sabendo-se que a renda sobre estes equipamentos ao valor que foi definido nesta avaliação corresponderá a três por cento (3%), desse valor, quer dizer que a Câmara de Borba por cada mil contos (1000) de equipamento de à dez (10) anos, fornecido agora à empresa, receberá uma renda de nove (9) contos por ano, isto é ou não é negócio para as "Águas de Portugal"? Naturalmente que é. É bom que se diga também que em dois mil e um (2001), após a elaboração do estudo em que foi aprovada a adesão de Borba ao Sistema, depois de terem sido feitas diversas reuniões com as "Águas de Portugal" esta nunca admitiu senão o sistema Multi-Municipal com o domínio do capital e a gestão da água e do saneamento. Todos os Municípios, Associação dos Municípios do Distrito de Évora e do Alentejo porque estavam integrados num outro sistema, tomaram por consenso criar um sistema Inter-Municipal de abastecimento de água e tratamento de resíduos de saneamento. Fizeram-no, entregaram a proposta ao governo do Partido Socialista da altura, em Outubro de dois mil e um, que por interesses que são demais evidentes, não lhe deu seguimento. As eleições autárquicas de dois mil e um (2001), com as alterações de carácter político que aconteceram na altura, fizeram, por pressão do senhor ministro Sócrates e por pressão do seu Secretário de Estado, fizeram com que algumas Autarquias abandonassem o sistema Inter-Municipal para o qual tinham já dado o seu aval, inviabilizando desta forma a candidatura que tinha sido apresentado aos Fundos de Coesão. Pronto, fizeram retroceder todo o processo que estava já encaminhado à bastante tempo, e volto a lembrar que está anunciada a privatização da "Águas de Portugal", esta está anunciada, não se sabe para quando, mas seguramente só será feita a privatização quando forem feitos todos os investimentos que são necessários para tornar estas empresas com lucro mais fácil. Não foi dito e eu vou dizê-lo agora é que a Câmara de Borba quando aderiu ao sistema Multi-Municipal, perdeu todas as competências que tinha em matéria de abastecimento de água, desde a captação até ao depósito. Perdeu toda a sua capacidade em poder definir as taxas, as taxas com que apresenta o tarifário, porque o sistema Multi-Municipal depende obrigatoriamente em cinquenta e um por cento do capital (51%) das "Águas de Portugal". Apesar de ser público, nós sabemos quais são os interesses que regem de facto esse capital. As autarquias só podem ter no máximo quarenta e nove por cento (49%), no máximo, não quer dizer que o tenham, porque neste caso concreto do sistema onde Borba está inserida, não vão ter os quarenta e nove por cento do capital porque a EDIA vai ter boa parte desse capital. A "Águas de Portugal" tem cinquenta e um por cento (51%), as Câmaras têm uma percentagem que estará definida no protocolo que foi assinado e a EDIA com a restante parte. Quer dizer que no sistema Multi-Municipal as Autarquias perdem a capacidade de decisão. No sistema Inter-Municipal qualquer que ele seja, continua a existir o interesse público que está acima dos interesses particulares, evitando-se desta forma a obtenção do objectivo único do lucro privado e orientando-se o sistema para que sirva os interesses colectivos da população. Para terminar posso fazer umas quantas perguntas e dar o mesmo número de respostas: No sistema Multi-Municipal, de quem é o capital maioritário? Sabemos que neste momento, por enquanto não há, enquanto não há a privatização, o capital é de facto, público, cinquenta por cento do capital é público, mas é capital que com a anunciada privatização das "Águas de Portugal" vai passar para capital particular, enquanto nos sistemas Inter-Municipais as autarquias detêm sempre a maioria do capital, são senhoras e donas das decisões que regerem o sistema Inter-Municipal.. Os Municípios do sistema Multi-Municipal perdem competências, o governo passa a deter o direito da concepção, da exploração, reparação e manutenção do sistema, mas do sistema em alta, que isso fique claro. O sistema em alta, não é o sistema em baixa. No sistema Inter-Municipal serão as autarquias de facto, que têm essas competências e podem evocar a qualquer momento as competências que são transferidas para a empresa Inter-Municipal actuando na Assembleia Geral para produzir alterações em relação à matéria que foi acordada inicialmente. Quem decide a tarifa das águas em alta é o governo no sistema Multi-Municipal, não são as Autarquias, é o governo enquanto entidade que concedeu a exploração à "Águas de Portugal", neste momento e até agora, enquanto no sistema Inter-Municipal serão sempre os Municípios, são sempre os municípios a defender e a definir os preços de acordo com aquilo que foi o acordo social. Depois, no sistema Multi-Municipal as Autarquias têm que pagar um caudal mínimo que está sujeito e que torna de facto, como o senhor engenheiro disse, a empresa viável, quer gaste, quer não gaste as autarquias vão ter que pagar sempre aquele caudal mínimo que foi definido pelo governo, ao preço que foi definido pelo governo para tornar de facto, a empresa viável. E está sujeita a essa tarifa, no caso do sistema Multi-Municipal, toda a água entrada nos depósitos, enquanto no sistema

Inter-Municipal será tarifado todo o volume de água que sai do depósito, e há aí uma diferença substancial porque há perdas de água nos depósitos de água, sabemos isso. As autarquias só pagam aquela água que efectivamente distribuem à população. No sistema Multi-Municipal, as autarquias ficam obrigadas a adoptar um sistema tarifário em relação aos municípios, o sistema terá que garantir uma mínima cobertura dos encargos perante a empresa Multi-Municipal, no caso do sistema Inter-Municipal isto não acontece. O município está apenas obrigado à decisão do sistema tarifário que adoptar, podendo decidir que se financie até pelo orçamento o défice do sistema, porque há tarifas de carácter social, há tarifas mínimas aos consumidores, aos quais a autarquia não pode fugir. Para terminar, no sistema Multi-Municipal, a empresa Multi-Municipal tem uma palavra a dizer, tem que emitir parecer em relação à aprovação de novos licenciamentos para implementação do desenvolvimento das organizações ou de instalações industriais com repercussão no abastecimento de água e no saneamento. Enquanto que no sistema Inter-Municipal, como sabemos muito bem, o licenciamento urbanístico não é delegavel, portanto, não pode ser delegado nas suas competências por agora. Era só senhor presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal : Muito obrigado. Engenheiro Cabral se faz favor

O Membro Carlos Cabral : Muito obrigado senhor Presidente. Começo por, pedir ao senhor Presidente que me permita uma crítica à condução dos trabalhos na medida em que, do meu ponto de vista, deveria ser aberto um período para perguntas técnicas à exposição do senhor engenheiro e depois sim, podermos entrar no debate político. Queria fazer primeiro uma pergunta ou duas ao senhor engenheiro sobre a sua exposição. A primeira pergunta que queria fazer é, se a empresa está a bater no fundo, impossibilitada no fundo de obter verbas do Fundo de Coesão, e se tem um determinado prazo de tempo para tirar lucros, ou qual é o prazo de tempo em que essa questão se vai colocar, não sei de todo, mas deverá haver. A segunda questão, é que não percebi bem se as ETARES passam por construção nova, de novas ETARES ou passam por uma intervenção nas existentes que são de facto, de muita fraca qualidade como sabemos. Postas estas duas questões, devo dizer que não vou argumentar na defesa de um sistema ou outro. Há partidários do sistema Multi-Municipal, há partidários do sistema Inter-Municipal. A Assembleia Municipal de Borba decidiu e optou por um sistema, e não decidiu mal, decidiu bem acompanhada, o sistema são cem mil habitantes, quer dizer, é a maior cidade, tem também uma Câmara da CDU, tem as suas virtualidades com certeza absoluta e se há uma coisa positiva que o engenheiro Sócrates deixou, foi esta discriminação que levou ou que obrigou, os municípios a associarem-se e isso é extremamente positivo. Principalmente numa época em que estamos a criar municípios e municípioinhos, quando deveríamos estar a estudar agrupamentos municipais. Já o disse aqui uma vez, o nosso concelho tem oito mil (8.000), habitantes, hoje em dia, não se pode projectar nenhum equipamento colectivo para oito mil (8.000). Não faz sentido em termos económicos, não faz sentido em termos de gestão. Quando se diz que o consumidor paga, só há duas maneiras de um bem ser pago pela população, ou é pago pelo consumidor, com o seu próprio rendimento do trabalho, ou outros rendimentos, ou é pago pelo Orçamento Geral do Estado, dependendo dos impostos, quer dizer, dos cidadãos que pagam impostos, que é uma outra questão sobre a qual poderíamos também fazer uma Assembleia extraordinária para discutir se se quiser. Também não percebo que se possa dizer, que a empresa tem que ter viabilidade, evidentemente, se não tiver viabilidade fecha, não há água. Nesta questão da água, a questão que nós temos que ter presente é: nós precisamos do melhor serviço à população, água de melhor qualidade, e as ETARES a funcionar, depois, a Câmara que cá estiver, até pode cá estar outra, ora isto nunca se sabe, poderá fazer a discussão do seu tarifário, por políticas sociais por exemplo, que é que impede, o que é que no regulamento desta empresa impede que a Câmara depois faça política? Se tiver orçamento para isso faz, se não tiver orçamento, logo se vê, a questão é esta, muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Perguntava ao senhor Presidente da Câmara se prefere responder às perguntas já feitas, ou continuamos a inscrição?

O presidente da Câmara Municipal : Eu penso que será inconveniente continuar, porque às tantas acumulam-se muitas perguntas e algumas ficarão por responder.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, se faz favor.

O Presidente da Câmara Municipal : Eu antes de passar a palavra ao senhor engenheiro Coelho de Carvalho, permitam-me que faça apenas um breve comentário, a algumas questões que foram colocadas. Relativamente à questão do debate público naturalmente que, nunca foi dito que seria uma sessão pública no meio da praça, portanto, este debate que aqui está a decorrer em minha opinião, é um debate público, também é pena que não esteja mais gente, mas para mim isto que aqui está é um debate público. Relativamente à análise do sistema Inter-Municipal, nunca isso foi colocado em questão e portanto, não faria sentido estar aqui um técnico do sistema Inter-Municipal. Para já desconheço e tenho muitas dúvidas relativamente à formula como o processo está a decorrer, pelo menos no Distrito. Relativamente à população de Borba que ficaria a perder, pois a factura triplicou, curiosamente a minha baixou e baixou porque tomei medidas em casa no sentido de poupar água, portanto, o que é importante é considerar que a água é um bem escasso e nós temos que poupar água. Depois, depois é importante que se diga que, quando se fala em água, não podemos falar só de água, é que neste momento nós criámos, criámos além da água, como toda a gente sabe, também as tarifas do saneamento e a tarifa dos resíduos sólidos. E atenção que nos resíduos sólidos, por acaso até estamos num sistema Inter-Municipal e a empresa também vai dar lucro. Por azar, eu estou no sistema, e por acaso pertenço ao conselho de administração, portanto, se o Inter-Municipal dá lucro, o Multi-Municipal também dá lucro, isto é uma questão de contas. Agora naturalmente que em termos de capital, obviamente que haverá sócios maioritários num e no outro sistema. Mas penso que a esse nível não se põe muito essa questão das votações, se calhar como se põe aqui, porque as pessoas são muito mais abertas. Aliás, nas reuniões em que já tive oportunidade de participar quer no sistema Inter-Municipal dos resíduos sólidos, quer no sistema Multi-Municipal das águas, as pessoas não são bichos, são pessoas com quem se pode falar e com quem se pode resolver os problemas. E mesmo que, mesmo que por vezes algum problema aconteça, são as cabeças das pessoas que cá estão para resolver e para haver entendimento. Relativamente à questão da privatização, enfim, isso é uma questão que todos estamos sujeitos, mas penso que o engenheiro Coelho de Carvalho deverá dizer o que é que se pode passar, mas de qualquer maneira adianto já, as Câmaras até podem comprar a empresa se assim o entenderem. E eu já disse aqui mais do que uma vez que, eu não gosto de falar do passado, não provoquem porque se me provocam eu tenho que responder e tenho que dizer, que é lamentável que os elementos da CDU, falem no sistema em baixa, porque foram eles que o deixaram todo podre, e deixaram passar os Quadros Comunitários, que raio, não entendo, temos o exemplo da Rua de S. Francisco e como a Rua de S. Francisco estão todas as outras. Portanto, se há aqui alguém que é responsável pela água, pelas fugas de água em baixa, não sou eu e nem com certeza são as Câmaras do Partido Socialista, digo eu. Quanto à pressão da água no concelho, volto a dizer o mesmo, quer dizer, não fui eu que aprovei por exemplo o loteamento da Eborimo, onde tenho muitas dúvidas que as pessoas que viverem no último andar tenham água, e cá estamos nós agora para resolver uma situação do loteamento que nós não criámos. Onde é que estiveram os planeamentos, quem é que teve alguma vez, alguma preocupação em planear, falam tanto em planeamento, onde é que estão, os planeamentos. Depois em relação a estas questões que foram colocadas pelo deputado Luís Nascimento, fico-me por aqui, fico-me por aqui porque penso que já respondi minimamente às questões, no entanto, há aqui uma que me ressaltou, que é a questão do sistema Inter-Municipal em que as Câmaras, portanto, vão fazer investimento, mas também são elas que são responsáveis pelo investimento e eu vou gostar muito de ver como é que as Câmaras vão ter capacidade de endividamento para a sua quota parte desse sistema. Para já fico-me por aqui. Passava de seguida a palavra ao senhor engenheiro Coelho de Carvalho.

O Engº Coelho de Carvalho : Ora bem, eu creio que naquilo que me diz respeito efectivamente, gostaria de esclarecer só uma coisa, quando eu falei em lucro da empresa, falei ao fim de trinta (30), anos, ou seja, a empresa tem por obrigação gerar o dinheiro suficiente que deixa às Câmaras ao fim de trinta anos, porque ao fim de trinta anos todo o sistema é devolvido à Câmara ou às Associações de Municípios correspondentes. E isto para manter um objectivo de racionalização de meios porque se Borba efectivamente tem água, há outros concelhos que não têm. Aquilo que se vai fazer é racionalizar os meios da própria água e isso tem que ser numa abrangência de municípios com uma filosofia de gestão integrada. Ora bem, para manter essa filosofia de gestão integrada é que se faz a exploração conjunta, e outra questão que foi avançada, foi a questão da avaliação do património. Efectivamente, há um arrendamento que não é em trinta anos, porque o equipamento, o período de vida útil é, em termos legais, quinze (15), anos, electricidade e quadros eléctricos, dez (10), anos, construção civil trinta (30) anos.

Efectivamente os Fundos de Coesão existem e têm este nome porque pretendem criar às populações, condições que as populações mais ricas possam ter. Se esta empresa escamoteasse a participação desses fundos, estaria nesta altura de uma forma ou de outra a penalizar toda a gente com a inexistência ou com a transposição de um fundo que tinha tido uma determinada função. E de qualquer forma não seria permitido, quer dizer, porque o fundo é cedido a fundo perdido precisamente por causa disso, de qualquer forma está previsto a assinatura de um acordo, parasocial que permite às Câmaras, a aquisição da percentagem necessária para terem uma maioria ou a totalidade da empresa, conforme o assim entenderem, no fim do período de obras ou no caso de as "Águas de Portugal" serem privatizadas ou perderem o controlo de gestão, ou seja do Estado perder o controlo de gestão. Isto é de qualquer forma e passa por ser uma redundância porque, por definição nestas empresas, as acções são do tipo A, ou seja, só podem pertencer ao sector público. De qualquer forma criou-se efectivamente uma segunda condição em que as Câmaras poderão adquirir ou a percentagem necessária para ficarem com a maioria ou a totalidade da empresa se assim o entenderem. Quando eu falo num custo, ou seja na tarifa de depósito, efectivamente há também que equacionar uma outra situação, é que as Câmaras deixam de ter um custo próprio no fornecimento de água em alta, porque a água em alta custa dinheiro. A água em alta custa energia, custa reagentes, custa pessoal que poucas vezes, e isso eu posso dizer por experiência, não conheço a realidade de Borba ou por outra conheço mais ou menos, há muitas Câmaras que não têm a mínima noção de quanto é que gastam neste tipo de intervenções, mas têm efectivamente canalizadores, têm consumo de energia, têm consumo de reagentes, têm, e no saneamento idem aspas, têm todo um conjunto de despesas que deixarão de ter. Logicamente como qualquer empresa, a empresa tem que suportar os seus próprios custos e por isso é que os custos estão definidos no modelo de viabilidade económica ou financeira, e tem que suportar os seus próprios financiamentos, ou seja tem que suportar os investimentos que faz. Efectivamente, e a tarifa está definida única e exclusivamente com base nisso, eu creio que quanto ao lucro respondi, quanto ao sentido economicista eu prefiro utilizar o termo, efectivamente o principal objectivo desta empresa é ter uma gestão profissional e um rigoroso cumprimento de custos e de objectivos. Relativamente ao funcionamento da empresa, eu creio que na parte de lucro já respondi, na parte das ETARES, efectivamente, há ETARES que podem ser aproveitadas e ampliadas, todas elas terão um complemento de tratamento, no caso das lagunajens, não garantem um tratamento terciário, quando não é necessário, mas garante uma afinação do tratamento secundário. E portanto, no caso de Borba a ETAR será ampliada, no caso de Rio de Moinhos a construir, no caso do Barro Branco a construir, no caso de Nora e Orada, serão a integrar e ampliar. De qualquer forma, sempre com a introdução de afinação do secundário.

O Presidente da Câmara Municipal: Senhor Presidente, já agora se me permite, se permite ainda, suponho que foi levantada aqui assim uma questão, pelo menos ficou-me cá no ouvido. Relativamente ao pessoal, claro que não é intenção de nenhuma empresa, seja ela qual for, despedir pessoal, aliás, ainda hoje em relação aos resíduos sólidos se chegou a acordo no sentido de eventualmente alguns trabalhadores que venham a ser transferidos para a empresa dos resíduos sólidos, sejam transferidos exactamente com as mesmas garantias que tinham até aqui, e mais, se calhar vão ganhar muito mais do que aquilo que ganham nas Câmaras Municipais, muito obrigado para já.

O Presidente da Assembleia Municipal: António Paixão se faz favor.

O Membro António Paixão : Ora boa noite a todos Membros desta Assembleia Municipal e ao público, embora poucos, também merecem os nossos cumprimentos. A mesa e esta Assembleia e até o público sabe das vezes que eu me tenho manifestado, que eu tenho manifestado a preocupação de uma população que há anos e talvez quase tanto como vinte (20) anos que tem sofrido arduamente, digamos assim, com a falta de saneamento básico, com a falta da ETAR, com todos os males provocados pelas deficiências das ETARES, no Barro Branco e em Santiago mais concretamente. A minha preocupação neste momento, embora também a tenha em relação a preços e devemos ter isso sempre em atenção para proteger os mais desprotegidos, mas vai mais no sentido de os servir e muito concretamente eu gostaria, aliás eu quando vejo aqui dados como: noventa e oito por cento (98%) de aqui algum tempo, espero bem que o tempo seja curto, noventa e oito por cento para satisfazer em termos de abastecimento de água no concelho de Borba, e noventa por cento (90%) no tratamento dos esgotos, eu sinceramente fico até um pouco inchado porque

quem me dera que isso suceda, quem não teve nada e agora apresenta noventa por cento, para daqui a pouco tempo é importante. Eu concretamente, é esta a minha preocupação grande, perguntava ao senhor engenheiro que é o representante da empresa, criada neste caso para gerir esta situação, se calhar será um pouco ridícula a minha pergunta será, e de quem está um bocadinho de fora de todas essas questões, mas que sente na pele o mal estar de toda uma população e desde há muitos anos. Concretamente senhor engenheiro, como sabia que vinha para a Assembleia Municipal de Borba, trouxe algo de concreto relativamente ao prazo de conclusão? Já sei que vai ser adjudicado desde Agosto próximo até Maio do ano que vem, mas quanto ao prazo de execução, ao funcionamento concreto das ETARES da freguesia de Rio de Moinhos, (Barro Branco e Santiago), era uma alegria que eu tinha para dar aos meus Municípios da freguesia de Rio de Moinhos, se pudesse dizer assim, nós temos garantido o funcionamento das ETARES para a data tal, muito obrigado.

O Eng^o Coelho de Carvalho : Tratando-se de obra, tratando-se de obra e de projecto é sempre um risco, eu marcar uma data, no entanto temos como objectivo que um ano após a adjudicação das empreitadas, as obras estarão todas concluídas. Ou seja, começando nas pequenas ETARES em meados de dois mil e quatro (2004), eu penso, praticamente posso garantir que em meados de dois mil e cinco (2005), estarão todas a funcionar.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutor Jerónimo Cavaco, se faz favor.

O Membro Jerónimo Cavaco: Boa noite a todos, de facto, a intervenção do engenheiro Cabral e do senhor Presidente da Câmara, acabaram por retirar e digamos esvaziar um bocadinho o conteúdo daquilo que eu pensava colocar aqui nesta Assembleia. Em todo o caso parece-me que em termos técnicos é evidente que o desconhecimento, pelo menos que eu pessoalmente tenho de algumas questões que foram levantadas pelo senhor engenheiro, já discutidas em Assembleias anteriores, e a sua intervenção na noite de hoje veio, digamos, esclarecer algumas dúvidas que eu tinha. Eu penso que esta Assembleia tinha conhecimento antecipado, penso não, tenho a certeza e também o público, que existiam dois sistemas. Esta Assembleia optou por um sistema, sistema esse que estamos aqui a discutir hoje. Não quer dizer com isto, que não se devam ver os prós e os contras de outros sistemas, mas em todo o caso esta Assembleia já tomou uma decisão e está legitimada para o fazer, tomou-a, decidiu enveredar por esse sistema e é este sistema que nós temos que discutir e se possível tentar melhorá-lo nos pontos, que possamos verificar, que poderão não ser totalmente benéficos para a população, que é no fundo do nosso interesse, mas em todo o caso devemos discutir este sistema, porque é este que nós temos em mãos e é sobre este que nos devemos debruçar. Quanto à questão do local o senhor Presidente já respondeu, mas eu concordo plenamente consigo quando acho que não há, não existe melhor lugar ou melhor forma para que de facto se, possam discutir estes temas. Este é o fórum, é a Assembleia Municipal de Borba e é aqui que se devem discutir, todas as questões que sejam de interesse para o concelho e para a população de Borba. É pena que a população, provavelmente por falta de disponibilidade ou por falta de interesse, se calhar convém que todos os que estão nesta sala e aqueles que não estão presentes, pensar no porquê do alheamento da população, não só em Borba provavelmente noutros, noutros municípios, mas o porquê do alheamento numa questão que é tão sensível como a dos recursos tão escassos de água e aquilo que é um bem essencial para que possamos continuar digamos, a nossa vida. Em todo o caso eu continuei a ouvir na noite de hoje, digamos, as mesmas conversas que eu ouvi durante os últimos anos, continuamos a referenciar os outros como fonte dos nossos problemas e continuamos a não conseguir apresentar soluções ou a resolver os problemas que dizemos que são os outros que nos criam. De facto, continuo a ouvir dizer que foi desde o tempo do Primeiro Ministro Aníbal Cavaco Silva, passando pelo engenheiro Sócrates, passando pelo governo do PS, passando pelo actual governo do PSD e sabe-se lá mais de quê. Quem de facto, são os responsáveis por as coisas não estarem feitas, o senhor Presidente já disse, o passado acaba por vir e acaba por desmentir estas acusações e acaba por dar razão a este Executivo e esta Assembleia tem vindo a dizer, as coisas não estão feitas, alguém tem responsabilidade. Agora tenhamos a coragem de assumir e tenhamos a coragem de dizer que não o fizemos porque não tivemos capacidade, ou não tivemos meios, pura e simplesmente não tivemos coragem para tomar a decisão, agora não atiramos para cima dos outros aquilo que à partida era responsabilidade nossa. Agora, há coisas que me parecem importantes, Borba necessita, o concelho de Borba necessita, de mais e melhores saneamento e de mais e

melhor abastecimento de água, parece-me que é um ponto em que toda a gente está de acordo. Parece-me que aquilo que eu ouvi ao Paixão, relativamente às preocupações legítimas de Santiago que me parece sem dúvida nenhuma uma freguesia carênciada, a vila de Borba o concelho digamos, a vila em si acabará por daqui a pouco tempo, senão forem feitas obras profundas ou obras de fundo, sofrer na prática aquilo que foram digamos, anos consecutivos de estagnação. E de facto, todos nós sabemos que as autarquias não vão ter, ou não têm já, autorização se quiserem chamar-lhe assim para continuarem a fazer aquilo que fizeram nos últimos anos. As regras do jogo estão definidas e as autarquias têm uma ou duas opções, continuar de braços cruzados á espera que as coisas caiam do céu ou pura e simplesmente optar pelas soluções que há partida pareçam mais justas, mais equilibradas e que possam servir melhor os seus interesses e que serão necessariamente interesses da população, porque eu nem sequer admito que estejamos a pensar que há interesse para lá dos interesses da população neste Executivo ou nesta Assembleia Municipal. De facto as Câmaras têm que tomar decisões a este nível no sentido de se precaverem para aquilo que venha a acontecer no futuro muito próximo, que é a incapacidade que as próprias autarquias provavelmente terão para contrair empréstimos, de se continuarem a endividar e de continuarem a fazer aquilo que são as obras fundamentais próprias para a população. Agora deixemo-nos de histórias, se as coisas não estão feitas, não serão totalmente responsabilidade dos outros, os outros podem ter tido responsabilidade, eu já ouvi hoje o Vereador Serra e ex-Vereador com outras responsabilidades, ele entende perfeitamente aquilo que lhe quero dizer, falar na Rua de S. Francisco em que não foi candidatado o tubo da água. Porque o projecto vinha constantemente para trás, porque faltava meio metro de tubo, disse isto na ultima Assembleia, por amor de Deus, isto é uma desculpa que eu acho completamente inconsistente, porque agarrava, deslocava-se onde tinha que se deslocar e dizia: a Rua tem cinquenta metros (50m), estão aqui cinquenta metros de tubo. É um exemplo, agora não podemos continuar neste impasse do disse que disse, do disse que fez, o outro tem responsabilidade. Eu vou terminar, mas queria dizer mais uma coisa. A presença de senhor engenheiro aqui deve ser aproveitada por todos ou por todos nós e pelo público que já teve o seu período, mas enfim, poderá ter algumas questões, deve ser aproveitada para esclarecer todas as dúvidas que possam existir e de uma vez por todas, de uma vez por todas, ficar totalmente esclarecido na cabeça das pessoas que parece que ainda não está, porque existem de facto, defensores de um sistema e do outro, eu pessoalmente por aquilo que já ouvi de um e de outro acho que digamos, a Câmara Municipal de Borba e a Assembleia Municipal de Borba tomou a decisão correcta, até porque o doutor Luís Nascimento fez aqui um ponto, entre parênteses que me parece importante que é aquilo que o senhor engenheiro referiu que acho que deve ser de facto, um ponto importante no meio disto tudo, que é o Know-how da empresa que vai ter parceria com as Câmaras Municipais, e não fui eu que o disse, o doutor Luís Nascimento referiu pelos vistos, que a nível nacional são mais do que muitos os clientes desta empresa que está a trabalhar connosco. Portanto, esta empresa é uma empresa que à partida não tem os tais interesses que tentou demonstrar que existiriam desde o José Sócrates que por interesses terá pressionado as autarquias para desistirem de um sistema para irem para o outro, e de facto, além de ser uma empresa séria, temos a garantia que é uma empresa que indirectamente, pelo menos, até à fase de privatização responde perante todos nós, pelo menos eu penso assim. Por enquanto era tudo senhor, Presidente.

O Membro Augusto Guégués : Boa noite a todos, a minha intervenção vai no sentido do seguinte, estive a ouvir a intervenção do engenheiro e portanto, saltou-me aqui de facto uma dúvida, não sabia estes pormenores, essas nuances entre, digamos, exploração em alta até ao depósito e a outra que era digamos, no depósito. E isso parece-me que faz muita diferença, mas faz com certeza uma grande diferença, e essa grande diferença a mim preocupa-me um bocadinho porque, se por um lado a opção está tomada e portanto, quanto a isso eu não tenho dúvidas, enfim, esta Assembleia tomou esta opção e portanto, a opção está tomada. Agora penso que há aqui questões que se podem começar, digamos assim, a equacionar e desde já começava também a levantar algumas perguntas, nomeadamente ao senhor engenheiro que eram as seguintes: Há com certeza diferenças, diferenças entre concelhos e há com certeza diferenças entre necessidades de investimento, isto é, montantes de investimento que a determinados concelhos são necessários e que a outros, provavelmente, não serão tanto. Se nalguns concelhos é necessário fazer um investimento enorme porque é necessário construir mais uma barragem e portanto, isso tem custos acrescidos no metro cúbico de fornecimento, possivelmente no nosso caso, no caso do concelho de Borba que foi sempre considerada ao longo dos anos ou ao longo das décadas, como um

concelho com grandes potencialidades friáticas, com grandes níveis friáticos extremamente saudáveis, esse investimento serão reduzidos. Temos furos artesianos com uma profundidade extremamente pequena, não é? Era quase uma coisa ridícula, disseram-me por exemplo que o furo da Fonte do Freixo tinha qualquer coisa como trinta metros (30m) de profundidade, eu não sei se isto corresponde hoje, ao actual, mas é um nível extremamente pequeno, não é? Nós conseguimos abastecer a totalidade do concelho, embora eu me recorde que em meados de oitenta e três (83), as coisas não correram assim, houve de facto problemas, houve que fazer de facto investimento em furos. Mas aquilo que eu queria dizer era o seguinte: Há diferenças entre concelhos, possivelmente no concelho de Vila Viçosa ou no concelho de Reguengos de Monsaraz, provavelmente terão que se fazer grandes investimentos, nos aspectos de captação. No concelho de Borba, eu penso que não temos grandes problemas aí, mas temos problemas depois, quer dizer, é o problema dos reservatórios, nós temos conhecimento do estado em que estes estão, há perdas penso eu, não tenho informação precisa sobre isso, mas há perdas significativas nos reservatórios que temos. Depois a localização desses mesmos reservatórios, os problemas nas pressões, nas pressões das águas e portanto, aquilo que eu estou a dizer é se nós teremos no futuro, algumas contrapartidas face a não ser necessário fazer nenhum investimento na captação, e que nos compense, noutras bens que são extremamente importantes, e são de facto, essenciais. Pronto, a nossa rede em baixa é de facto, uma rede que está já fora dos prazos, já ultrapassou todos os prazos mais alguns, e temos problemas nos reservatórios. Queria perguntar o que é que se pensa fazer?

O Presidente da Assembleia Municipal: Queira responder, senhor Presidente.

O Presidente da Câmara Municipal: Quero, mas antes de passar queria apenas referir o seguinte, quer dizer, naturalmente que o senhor engenheiro, sobre as questões técnicas falará, mas cria apenas lembrar que grande parte dos problemas que há em baixa, resultam exactamente, do não tratamento em alta, ou seja, estou-me a lembrar por exemplo do estado em que estão as condutas da Nora, quer dizer, o calcário na Nora resulta exactamente da água não ter tido o tratamento necessário, porque senão isso não tinha acontecido, além disso, estou a ver questões de qualidade e por aí adiante e dizer-vos também que em termos de redes de água em baixa, em termos de rede de esgotos, naturalmente que é nossa preocupação e pensamos elaborar um estudo no sentido de fazer essa candidatura e de até dois mil e seis (2006), tentar resolver a situação. Obviamente que suponho, pelas informações que tenho, todos os concelhos que apresentaram projectos nesse sentido até terão prioridade relativamente a outros, muito obrigado. Passava a palavra ao senhor engenheiro, se faz favor.

O Engº Coelho de Carvalho: Em relação aos reservatórios eu mencionei três (3), reservatórios como pontos de entrega, não mencionei que, juntamente à Eta que se vai construir, existirá um reservatório em alta que é um reservatório de, digamos, de garantia ou de estabilização do sistema com quinhentos metros cúbicos (500m³). Portanto, é considerado o apoio necessário para qualquer intervenção nas Eta's que se vão fazer, ou seja, as estações de tratamento de água visam tirar a dureza da água, portanto, tirar o calcário excessivo que ela tem. Efectivamente, com o conhecimento que se tem de qualquer destes concelhos que vivem do aquífero Estremoz/Cano, existe uma extrema dificuldade na conservação das redes em baixa, precisamente por causa do calcário. Com esse problema eliminado, essa gestão tornar-se-á fracamente mais fácil.

O Presidente da Câmara Municipal : Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutor Nascimento se faz favor.

O Membro Luís Nascimento : Bom, eu volto a afirmar que este debate entre aspas, está coxo, este não foi o modelo que de facto, interessava à população de Borba. Por outro lado lamento que a factura do senhor Presidente da Câmara tenha baixado de valor, lamento imenso, sinceramente, não é? Porque só agora é que de facto, se consciencializou que a água é um bem raro e fundamental à vida, se só agora é porque antes, antes não fazia nenhuma gestão racional da água, só agora, ó senhor Presidente, o senhor é que diz, que só agora é que baixou o consumo da água. Aquilo que nós assistimos em Borba e falo com muita gente, é que de facto, a factura subiu para toda a gente, e a gente, gente humilde, gente que tem que contar de facto, a água que gasta porque as reformas são baixas ou os salários são baixos e não tem possibilidade

de gastar tanto dinheiro. Esta minha preocupação não é de agora, já é muito antiga, e o senhor Presidente pelos vistos só a tomou agora. É evidente que a Câmara de Borba, ao entregar o sistema em alta a uma empresa Multi-Municipal, vai deixar de ter gastos com a captação, com a adução e tratamentos. Isso é mais que evidente, então mais faltaria, mas vai ter que pagar a água que entra no depósito e vai sair mais caro seguramente do que os gastos que tem agora e faço o desafio ao senhor Presidente numas próximas contas de gerência, essas contas estarem perfeitamente claras. Quanto é que se gastou na captação, adução e tratamento, até à Câmara entrar no sistema Multi-Municipal e quanto é que a Câmara vai começar a pagar depois de estar no sistema, e de pagar tarifas à empresa. Porque depois, a Câmara liberta-se da manutenção e da conservação da água em alta, mas mantêm o ónus da água em baixa, e não se põem aqui dúvidas nenhuma de que a rede de abastecimento de águas, está em muitos casos ultrapassada, assim como a rede de saneamento, que é uma questão que não foi aqui colocada. É que em termos de saneamento a autarquia vai ter que pagar a água que entra nas ETAR'S e nós sabemos que em muitas zonas da vila, em muitas zonas do concelho não há uma rede separativa, então quer dizer que a autarquia vai pagar, vai ter que pagar a água da chuva ao preço da água do esgoto. É isso que vai acontecer senhor Presidente, e são os Borbenses que vão pagar, são os Municípios de Borba que vão pagar, e isto temos que ter presente. Mais, não é com esta filosofia, hipotecar o futuro da água em Borba, hipotecar ao capital privado, e foi anunciado e o senhor engenheiro também disse, que não sabe quando é que vai ser privatizado, está anunciado. Naturalmente que nós não somos bichos, naturalmente que nós discutimos uns com os outros, de olhos nos olhos, cara na cara, não é? Mas nas reuniões que foram feitas, que foram tidas entre a Associação de Municípios do distrito de Évora, e as Águas de Portugal, esta empresa foi renitente, não aceitou de forma alguma integrar outro sistema que não fosse o sistema Multi-Municipal. Mesmo com a cedência por parte das Autarquias, por parte da Assembleia Inter-Municipal da gestão do sistema, entregar a gestão do sistema, o gestor seria a "Águas de Portugal", enquanto que o capital monetário seria das Autarquias, não aceitou, quis de facto, assumir o controle da distribuição das águas e do tratamento dos resíduos. Naturalmente, naturalmente que todos nós, e quando digo todos nós, são todos os que estão sentados nesta sala, querem que os serviços que são prestados aos municípios, sejam mais e melhores, naturalmente, mas queremos senhor deputado, mas queremos que esses serviços sejam prestados ao mais baixo custo, aí é que está a questão fundamental, é o custo que os municípios vão ter que pagar por ter esse serviços, a diferença é essa, e renovo de facto, o desafio ao senhor Presidente para que numas futuras contas de gerência possa ter de facto, a separação em relação às duas questões. Em relação à água da Nora e ao calcário da água da Nora eu pedia ao Vereador Serra para dar uma explicação porque ele estava na altura no executivo, e pode dar uma explicação em relação à questão do tratamento da água da Nora e do que é que aconteceu na rede, era só.

O Presidente da Assembleia Municipal: Obrigado. Doutor Rui Bacalhau se faz favor.

O Membro Rui Bacalhau : Boa noite a todos. Eu, as perguntas que queria colocar são meramente técnicas e queria-me limitar só à sua presença aqui, e acho que o fundamental é que o senhor nos esclareça, não só a nós como a todos os municípios. Em primeiro lugar lamento a pouca assistência, porque isto de facto, é um ponto bastante importante para mim e se calhar a situação mais importante do concelho associado ao desenvolvimento económico que tanto defendo para este concelho. A questão que eu queria colocar era muito simples, o senhor disse-nos à pouco que a empresa não pode gerar lucro porque está ao abrigo do Fundo de Coesão, eu associava este ponto, para questionar o seguinte: A calendarização do investimento quando o Fundo de Coesão participa, vai até quando? qual é a participação, até quando é a participação do Fundo de Coesão, nestes investimentos e na empresa? porque por aquilo que entendi é só até aí que ela, que a empresa, não pode dar lucro. Vejo pela sua manifestação que de facto, estou enganado e é bom que isso aconteça. Uma outra coisa que queria também colocar e como vê, são mesmo perguntas técnicas porque curiosos há muitos em Borba, sempre houve e continua a haver, a darem palpites, mas que depois na realidade não fazem nada. Queria também mais informação sobre a empresa, acho que o senhor na sua exposição passou um pouco ao lado da empresa e já agora que aqui está, já que perdeu os seus passos, informava-nos um pouco mais sobre a empresa para nós ficarmos com essa informação também. Políticas sociais, eu penso que sobre políticas sociais praticamente não abordou o assunto, ou passou ao lado dele, se houver alguma nuance nas questões políticas e sociais, transmita-nos isso para nós ficarmos com essa informação. Eu não quero propor qualquer solução alternativa porque essas soluções já foram analisadas

por esta Assembleia em devido tempo. Vila Viçosa entrou por outro sistema e também vejo facturas de Vila Viçosa, também vejo facturas de Vila Viçosa e sei que de facto, se as de Borba aumentaram, as de Vila Viçosa triplicaram e quadruplicaram e aumentaram trezentos por cento (300%), num caso específico. Tenho aqui um recibo de uma pessoa que prova o que digo portanto, era só isto. Agradecia ao senhor que fizesse o favor de me esclarecer sobre estes assuntos.

O Presidente da Assembleia Municipal: Senhor Presidente da Câmara, se faz favor.

O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado. Eu não queria deixar de responder ao senhor Luís Nascimento, relativamente à questão das facturas que subiram para toda a gente, eu tenho muitas dúvidas que tenham subido e volto a repetir, volto a repetir aqui e faço questão de repetir que o que efectivamente subiu não foi a factura da água, foi aquilo que os senhores não tiveram coragem de lançar que foi as taxas dos resíduos sólidos. O senhor é que cá esteve e o senhor não teve coragem, nem o senhor, nem o anterior Executivo teve coragem de lançar a taxa dos resíduos sólidos, o senhor sabe perfeitamente quanto é que a Câmara de Borba paga à Associação de Municípios em resíduos sólidos, e se não o recebe a Câmara não tem orçamento para isso, e era bom que a conta de gerência que o senhor fez, também demonstrasse os resultados e aí se calhar quem se ria era eu. Relativamente, às minhas preocupações com o ambiente e com a água, faço-lhe notar que se calhar antes do senhor o fazer, eu já o fazia há muitos anos, a minha prática junto dos meus alunos sempre assim foi, enquanto fui professor. Relativamente à questão das águas pluviais que entram nas tubagens das residuais e que é depositada à entrada das ETAR'S, a nossa preocupação, por exemplo na Rua de S. Francisco, foi exactamente fazer a separação, e é aquilo que os senhores deviam ter feito, e é aquilo que os senhores deviam ter feito em todo o lado.

O Engº Coelho de Carvalho : Ora bem, eu começaria por esclarecer um ponto que acho importante e tem preocupado várias pessoas, efectivamente há mínimos, há mínimos a pagar e os mínimos têm a ver com um estudo de viabilidade económica ou financeira que qualquer empresa tem que ter e que permite precisamente aferir aquilo que se passa. Quando se fala em água doce da chuva, é importante que essa água seja efectivamente medida e tem custos, mas todos os anos o Instituto Regulador, avalia o desempenho da empresa, todos os anos as contas são aferidas e todos os anos a tarifa pode ser corrigida se tiver que baixar ou subir, obviamente. Mas todos os anos o Instituto fará o controle da empresa para garantir que não está a ser cobrado mais do que aquilo que é devido. Por outro lado ainda, em termos de Fundos de Coesão e por isso é que há um modelo de viabilidade económica ou financeira, o Fundo de Coesão só é disponibilizado desde que a empresa garanta uma reposição do capital social e a criação de um Fundo de Renovação que será entregue às Câmaras no final da concessão. Ou seja, a empresa tem que garantir a amortização dos investimentos que faz, a empresa tem que garantir a remuneração do capital social como qualquer empresa, tem que garantir a substituição dos equipamentos ao fim de quinze (15), anos, tem que garantir a substituição de todas as instalações eléctricas ao fim de dez (10), e tem que garantir no final da concessão a renovação da parte de construção civil. A recuperação de todas as obras que fez, ou seja, deixa nessa altura, ao fim de trinta (30), anos às Câmaras um fundo de Renovação que corresponde à recuperação da construção civil que foi feita para além da nova substituição do equipamento e dos equipamentos eléctricos, portanto, isto é aquilo que faz parte do modelo de viabilidade económica da empresa e ao qual a empresa não pode de maneira alguma fugir. Se por acaso a empresa tiver , por, melhoria de gestão, por melhor cumprimento de objectivos, tiver possibilidade de melhorar a sua performance, o modelo de viabilidade será revisto e as tarifas serão ajustadas para todos estes parâmetros ao longo de trinta (30) anos.

O Presidente da Assembleia Municipal: Bom, temos mais de duas horas de trabalho, há pessoas inscritas , mas eu proponho a realização de um intervalo de cerca de um quarto de hora.

O Membro Luís Nascimento: Eu tinha pedido, que o senhor vereador Serra, me esclarecesse sobre as águas da Nora

O Presidente da Assembleia Municipal: O vereador Serra está inscrito, irá falar a seguir. Vamos fazer um intervalo de um quarto de hora.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, vamos reiniciar os trabalhos, o Vereador Joaquim Serra faça o favor de falar.

O Vereador Serra Silva : Ora muito boa noite, senhor Presidente da Assembleia, digníssima mesa, membros da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, público e também ao técnico que está aqui a trabalhar connosco esta noite. Eu já me tinha inscrito antes, algumas das questões que eu tinha aqui preparadas, já saíram, mas eu vou colocá-las na mesma porque vou procurar resposta objectiva e tecnicamente penso que o representante da empresa tem aqui os dados e poderá fornecê-los. Mas também gostaria de dizer uma coisa porque também devemos começar a pensar, no olhar para a frente, no olhar para o futuro e pensar no futuro e deixarmos daquelas acusações: tiveram cá não fizeram isto, não fizeram. Porque se eu olhar para a Assembleia Municipal e começar a ver quem é que aqui está, quase todos são responsáveis. Eu olho aqui para a minha frente e tenho aqui o secretário da mesa da Assembleia que até já foi Presidente desta Câmara e que também foi vereador. Olho aqui para o meu lado e também tenho aqui um Vereador que já foi Presidente de Junta durante muitos anos, olho ali para o, para o Mário de Deus e também já foi eleito da Assembleia Municipal várias vezes e também foi vereador e o Norberto também já foi eleito noutros mandatos. Pronto, começamos a ver que afinal a responsabilidade e a não execução está um bocado distribuída e tem que estar. Agora penso que estamos numa discussão importante, há uma decisão que foi tomada, que foi aderir a este sistema, havia soluções alternativas e já aqui foram colocadas, mas isto é assim, uma maioria decide, e os outros terão que se submeter depois à decisão da maioria. Mas isto também é válido na empresa. Numa empresa Inter-Municipal e numa Multi-Municipal, as maiorias também são diferentes. E aqui, tal como, aqui na Assembleia a maioria decide, ter cinquenta e um (51), é diferente de ter quarenta e nove (49), e tanto que é diferente que quando se estava a discutir o sistema Inter-Municipal, e quando as Câmaras começaram a não aceitar o sistema Multi-Municipal e a defender o Inter-Municipal, também fizeram a proposta através do IPE às "Águas de Portugal", de se inverterm as posições. Então vamos lá, as Câmaras ficam com cinquenta e um e as Águas ficam quarenta e nove, e as "Águas de Portugal" não aceitaram, alguma coisa tem que estar aqui, porque de certeza que é diferente. É um controle, é evidente que é importante nas organizações e as "Águas de Portugal" se poder ficar com ele, não fica sem ele e tomou a decisão melhor que era ficar com ele. Porque aqui nem se colocava a questão de um gestor capacitado, porque quando tentava dirigir negociações, ofereceu a gestão às "Águas de Portugal", mas queríamos a maioria no sistema, mas a gestão nem sequer era assegurada pelas autarquias, as "Águas de Portugal" tinha sempre uma participação muito mais activa na gestão, porque tinha efectivamente as pessoas, mais capacidades e os quadros técnicos de poder efectivo, mas isto não foi aceite e evoluiu-se para o sistema Multi-Municipal. Pronto, estão a ver que há aqui contornos que era preciso também dar a conhecer, mas agora fazia perguntas e esperava depois receber umas respostas, e uma pergunta muito directa é: qual o montante do investimento em cada um dos concelhos? Há de certeza um quadro nesse estudo que diz os investimentos que estão previstos em cada um dos concelhos, essa é pergunta directa que eu gostava que fosse respondida. Depois qual o preço a que a empresa vai vender a água em cada um dos concelhos? Este preço é o mesmo em cada um dos concelhos ou os concelhos terão preços diferentes de tarifário, ou seja, fornecer a água à Câmara de Évora será ao mesmo preço que fornecer à Câmara de Borba? É uma pergunta, depois, qual foi o valor que foi atribuído a todo o património que vai ser integrado no sistema Multi-Municipal, já sabemos que são as captações, são alguns reservatórios, são as ETAR's com as deficiências e os problemas que têm, mas têm uma valorização, qual é esse valor? Quanto é que vai ser, porque foi colocada em relação ao sistema Inter-Municipal, como é que era o financiamento, como é que as Câmaras adquiriam as suas acções, como é que a Câmara de Borba neste caso e as outras Câmaras vão adquirir as acções nesta empresa, penso que é pela via do património que vão incorporar na empresa. Depois também gostaria que fosse dito, qual a taxa de financiamento do Fundo de Coesão, é uma candidatura ao Fundo de Coesão, tem uma taxa de financiamento, gostaria de saber qual é essa taxa. Mas também gostaria que ela fosse comparada com os outros sistemas, pronto, sabemos que há outros sistemas que foram aprovados e eles também têm uma taxa de Coesão. E a pergunta tem a ver com isto, a taxa de Coesão efectivamente foi criada para combater, ou seja para facilitar o desenvolvimento de infra-estruturas, onde as assimetrias fossem maiores, ou seja para colocar os concelhos aos mesmos níveis uns dos outros, e isto de certeza que não se verificou na aplicação da taxa de Coesão, mas está aí o técnico, certamente irá explicar. E isto não é de pouca importância, depois também foi dito aqui que antes da privatização, ou se um dia for colocada

a hipótese de privatização, mas penso que isto também deveria ser melhor esclarecido, mas não pensem que há aqui algum fantasma da privatização, é uma questão que está na berra para ser discutida. Antes da privatização, também se diz que as Câmaras podem adquirir dois por cento (2%), que lhe faltam para ficarem maioritários, mas falta dizer como, e de certeza que quando me responder como é que podem? Podem, se tiverem todas as Câmaras de acordo, primeiro tem que haver acordo entre todas as Câmaras, e segundo compram ao valor de mercado da empresa, não compram aos preços dos equipamentos amortizados, e mais não sei quê, compram ao preço do valor do mercado da empresa, que é um valor completamente diferente. Depois, e agora passando para outra questão que era o fornecimento de água à entrada do depósito, já vimos que isso tem efectivamente custos muito elevados, porque obriga logo a imediatas intervenções da Câmara no sistemas de baixa, não só nisso, mas também se houver a implementação de uma maior pressão na rede, se calhar a rede também não vai suportar nalguns pontos melhoria da pressão, e se calhar vai haver roturas continuadas e é preciso também estar acautelado, mas isto também se punha com o outro sistema, não é? Não é nada de novo, não é por aqui, agora outra questão com diferença é só entre, ser à entrada do depósito ou à saída do depósito. Outra questão que eu também considero importante, é como é que é medido o caudal de esgoto que entra na ETAR, pronto e isso também mais ou menos já foi respondido, mas estamos a ver que, vamos ter, pelo menos até haver acertos tarifários, vamos ter que pagar a água da chuva que lá entrar na rede, porque não temos redes separativas e até porque tecnicamente já não é defendida em muitos sítios. Há questões técnicas que também é preciso conhecer e se calhar este estudo de viabilidade não teve isso em conta e se calhar teria que ter também pensado um bocado nisso. Penso também que era importante, ficar aqui definido, quando é que nós começamos a pagar ou seja, quando é que a Câmara de Borba começa a pagar à empresa? Quando é que nós começamos a comprar a água? Perguntava também, porque falámos nas ETAR's, na ETAR de Rio de Moinhos, na ETAR da Nora, naquelas que já existem, mas pergunto como é que vão ser tratados pequenos aglomerados? Pequenos aglomerados que não têm dimensão para grandes ETAR's, mas que vão ter tratamentos fechados, aqueles tratamentos autónomos. Para chegar aos tais noventa e oito por cento (98%), ou noventa por cento (90%), de saneamento básico no concelho terá que haver também por parte da Câmara um investimento acrescido nessa questão que não está abrangido pelo sistema Multi-Municipal. Porque senão as desigualdades dos próprios Municípios do concelho também se tornam maiores. Sobre a questão da água da rede da Nora, isto não é de modo nenhum para livrar as responsabilidades, até porque esta vem de há mais tempo, efectivamente toda a água desta zona é uma água calcária, todos nós sabemos isso, mas o calcário, se a água tiver sempre a correr a percentagem de calcário que se deposita é muito pequena, não é por aí que se estragava. A rede das águas da Nora foi afectada porque é uma zona muito plana e não foi utilizada a cem por cento (100%). Pronto, houve muita água da rede da Nora que esteve anos e anos sem ser utilizada com a água dentro das tubagens porque havia sistemas alternativos nomeadamente os furos e como a rede era muito grande, havia zonas em que efectivamente não havia consumo da água da rede pública e isso levou a essa situação. Depois também gostaria de saber, por exemplo, que mínimos a pagar é que esta Câmara terá logo no primeiro ano e como é que isto depois vai evoluindo ao longo do tempo.

O Presidente da Assembleia Municipal: Senhor Presidente da Câmara se faz favor.

O Presidente da Câmara Municipal : Eu passava a palavra ao senhor engenheiro se faz favor.

O Engº Coelho de Carvalho : Efectivamente há aqui assim uma série de questões. A empresa pode ter uns investimentos efectivamente em cada concelho, no entanto nunca uma análise é feita dessa forma. A análise é feita para uma região alargada e para os recursos que uma região alargada pode ter, é a única maneira de tentar gerir os meios de uma região, quer dizer, não faz sentido criar-se uma região alargada e não equacionar todo o conjunto de recursos disponíveis nessa região. Dessa forma, pela mesma razão a Albufeira de Monte Novo não abastece só Évora, abastece Évora, Reguengos e Mourão, portanto, só tem lógica uma empresa destas se a gestão dos recursos forem alargados a toda uma determinada região. Quanto ao outro ponto que pôs do valor da venda da água, o valor da venda da água mais concretamente foi determinado em função do investimento e prevendo que não havia discrepâncias ao longo do país. É evidente que o Fundo de Coesão, aí tem uma função importante e o Fundo de Coesão foi atribuído digamos assim por forma a garantir que a tarifa, em alta, ficaria dentro desse leque. Aquilo que se passou

à entrada do Terceiro Quadro Comunitário da Apoio é que se verificou que o país para cumprir os noventa e cinco por cento (95%), de abastecimento e os noventa por cento (90%), de saneamento efectivo, precisava de uma verba superior oitocentos milhões (800.000.000) de contos e do Fundo de Coesão estavam disponíveis duzentos e sessenta e seis milhões (266.000.000) de contos, ou seja, não se poderia continuar a manter a filosofia dos noventa e cinco por cento para o projecto que chegasse primeiro, ou então corria-se o risco de metade do país ficar como estava, antes do Terceiro Quadro Comunitário da Apoio. Ora bem, portanto, as taxas de financiamento foram definidas em função de cada zona, por forma a manter o tarifário dentro do tal leque, do tarifário em alta dentro do tal leque definido. E isto digamos, distribuindo os duzentos e sessenta e seis milhões de contos por forma, a que as regiões do interior fossem mais privilegiadas, as mais carentes as mais privilegiadas, as menos carentes menos privilegiadas, até que se chegue ao litoral com taxas que variam entre zero (0) e dez por cento (10%), ou quinze por cento (15%). No caso do Alentejo Central esses números estão no modelo de viabilidade económica ou financeira para um investimento de cerca de dez milhões (10.000.000) de contos, estão previstos quatro virgula trinta e três milhões de contos do Fundo de Coesão, ou seja aproximadamente quarenta e três por cento. Quanto às zonas mais próximas do litoral, a zona de Lisboa terá dez por cento (10%), se tanto e depois o Algarve terá na casa dos vinte (20) a vinte cinco (25), vinte se tanto, agora só com o saneamento, porque o Algarve em termos de água fez parte dos outros Quadros Comunitários da Apoio e já está completamente regularizado o abastecimento. O saneamento que está nesta altura em estudo, portanto, em fase de projecto e em fase de candidatura ao Fundo de Coesão, deverá ter à volta de vinte e cinco por cento. Quanto ao valor do património, há regras definidas para avaliação do património, foi estimado, falta uma avaliação formal que se traduz numa renda, não sei de cor caso a caso, posso transmitir isso, mas tem regras, tem regras muito concretas e tem que ser estudado, e tem que ser, tem efectivamente que ser estudado por uma razão, porque tem que ser avaliado o efectivo esforço da Câmara, aliás como foi dito e é sabido, efectivamente terá que ser pago. Esse dinheiro será devidamente apreciado, ou seja, o facto de ter sido feito há dez (10) anos, tem uma actualização desses dez anos, e a Câmara terá um renda correspondente ao período de apreciação do próprio equipamento arrendado, isto em princípio traduz um recenseamento das próprias Câmaras face ao esforço desenvolvido, ou seja as Câmaras que não fizeram nada, terão uma renda mais baixa relativamente às Câmaras que efectivamente tiveram um esforço maior. O início do pagamento de tarifas foi estimado, no entanto, o contrato de concessão prevê que o efectivo pagamento das tarifas só ocorra em duas situações: primeiro quando a empresa começar a explorar cada infra-estrutura, ou seja ninguém vai cobrar ou não tem lógica ir cobrar por uma infra-estrutura que não está a ser explorada, portanto, a empresa tem que assumir os custos dessa infra-estrutura, adquiri-la ou arrendá-la à Câmara, portanto, adquiri-la por arrendamento à Câmara e só depois disso é que poderá começar a cobrar dessa infra-estrutura. Quanto aos mínimos, os mínimos serão devidos no final do período de obras, ou seja quando todo o conjunto de obras estiver concluído é que os mínimos poderão entrar efectivamente em vigor. Na certeza porém que os mínimos são considerados normalmente com valores abaixo da realidade de cada concelho, ou por indicação da própria população de cada concelho, se a Câmara ou se o Município indica que não é o caso, se o Município indica que tem uma população ou que tem um consumo superior ao real, nós entramos com esse valor. Normalmente o que se faz é aferir efectivamente esse valor, considerar valores mínimos e portanto, que estão muito abaixo, normalmente dos consumos reais de cada concelho, e isso tem a ver, portanto, quer com os mínimos, quer com o início de pagamento das tarifas. O início de pagamento das tarifas não é obrigatório, é quando as Câmaras, quando a empresa começar efectivamente a explorar cada situação. Logicamente que quando a empresa faz um determinado investimento numa determinada infra-estrutura a seguir começa a explorá-la, não faz sentido uma empresa, qualquer que seja, ou uma Câmara, fazer uma infra-estrutura e deixá-la parada sem exploração nenhuma, é dinheiro que fica imobilizado que custa por si próprio e, portanto, não pode funcionar dessa forma. Quanto aos pequenos aglomerados, efectivamente nós no Alentejo, em todo o Alentejo, chegamos normalmente até às duzentas pessoas, e mesmos abaixo das duzentas pessoas e portanto, abaixo desse limiar normalmente é fornecimento em baixa porque senão era quase uma casa isolada e isso faz parte das próprias redes e isso tem a ver também com os tipos de tratamento efectivos, não quer dizer que em pleno período de funcionamento a empresa não possa assumir por acordo com as Câmaras, estudando a situação, aglomerados mais pequenos ou por efectiva necessidade por drenar indirectamente para uma albufeira, por terem condicionamentos ambientais específicos. Nessa altura a empresa obviamente que os assume, normalmente não costuma haver problema e esse é um acordo que se

faz com as próprias Câmaras em período de funcionamento, a empresa estende ou poderá estender a sua actividade, a aglomerados efectivamente mais pequenos. Quanto há questão dos reservatórios, há aqui assim um conceito que é importante e o sistema tem que prever dois (2) tipos de reserva, uma reserva que é a reserva em alta que garante um abastecimento aos depósitos Municipais e essa reserva é garantidamente em alta, são os depósitos geridos pelo sistema e outra situação é a necessidade que as Câmaras têm de gerirem a própria reserva de baixa e isso é a filosofia do reservatório de baixa, portanto, o reservatório em baixa são os pontos de entrega, é a capacidade de reserva necessária da própria rede em baixa, relativa ao seu funcionamento.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutora Filipa se faz favor.

O Membro Filipa Almeida : Bom, nesta altura muitas coisas já foram ditas, muitas coisas foram repetidas também, e eu, bom, confesso que não estou desiludida relativamente ao ponto da ordem de trabalhos. Sabia para o que vinha, não vinha para discutir qual era o melhor sistema para o concelho porque não sei muita coisa e queria aprender mais, o senhor Presidente da Câmara já disse que tinha muitas dúvidas quanto ao sistema Inter-Municipal, mas parece não ter dúvidas nenhuma em relação ao sistema Multi-Municipal, eu acho que é muito cedo para não ter dúvidas, continuo a ter dúvidas sobre muitas coisas e sobre opções desta natureza ainda tenho mais. Mas, naturalmente o engenheiro Coelho de Carvalho está aqui, e pessoalmente agradeço-lhe o facto, de estar aqui com os Membros da Assembleia Municipal, agradeço-lhe o ter-se disponibilizado para apresentar o ponto da situação do ponto de vista da empresa a que está ligado e para a qual tem que prestar contas. Naturalmente esta discussão sobre os dois sistemas se calhar passa um pouco à margem porque este Município já tomou uma decisão e por isso muito do que se tem dito aqui é extemporâneo, e é pena que seja extemporâneo, porque é uma questão do eleito do Partido Socialista, já não me lembro quem, mas disse que é uma das questões mais importantes para o concelho porque se trata de uma decisão, que não é uma decisão para o mandato é uma decisão para os próximos trinta (30) anos, naturalmente as decisões são revogáveis, podem ser alteradas, mas estas decisões condicionam de forma muito forte o futuro, relativamente à água. Trata-se de uma concessão por trinta anos, pode haver muitas mudanças e pode não durar trinta anos, mas pode durar trinta, pode durar cinquenta (50), pode durar muito mais do que isto. Pode ser efectivamente a mudança decisiva na gestão da água no concelho de Borba, e eu estou convencida que provavelmente os eleitos que cá estiverem não estão no mesmo ponto de situação que nós hoje estamos para tomar as decisões e as decisões serão outras, não serão estas, muita coisa vai acontecer. O que me preocupa é que esta decisão tenha sido tomada sem a devida discussão e foi isso, isto já foi dito e discutido pelo senhor Presidente da Câmara, foi isto que o Partido Socialista prometeu, foi um debate público sobre as vantagens e desvantagens dos sistemas. Não foi a apresentação do ponto da situação do sistema Multi-Municipal, esta é uma coisa que faz sentido porque a Câmara já aderiu, mas o que foi prometido nesta Assembleia foi um debate público, em que até se falou que as forças políticas podiam convidar técnicos que defendessem um ou outro sistema para virem apresentar os prós e os contras de cada um. Porque o que nós já verificámos nesta Assembleia e foi por parte de um eleito do Partido Socialista, o que nós já verificámos nesta Assembleia, é que a decisão tenha sido tomada sem que alguns eleitos tenham tido consciência plena das implicações que ela tinha. O senhor presidente está a olhar para mim, o seu colega de lado, ai ao seu lado, o secretário da mesa da Assembleia disse à bocado que não tinha tido, que não tinha tido noção da diferença entre o sistema em alta e o sistema em baixa, foi dito por ele, e a diferença é muito grande. Os problemas são imensos no sistema em baixa, não vele a pena nós olharmos para trás e dizermos que a culpa foi dos que estiveram cá nos últimos quatro (4) anos ou nos últimos dois (2) anos, ou nos últimos doze (12), porque também foi do mandato do Partido Socialista nos quatro anos anteriores. É de todos, uma responsabilidade colectiva, e eu pergunto relativamente a alguns loteamentos e algumas áreas urbanas do concelho e da vila de Borba. Eu pergunto, de quem é a responsabilidade da água não chegar com pressão ao bairro primeiro de Maio? Não é de nenhum de nós, não foi nenhum de nós que decidiu, e antes do vinte e cinco (25) de Abril, e antes de haver Câmaras Municipais de quem era a responsabilidade? Nós não pegámos, nenhum de nós, nem os actuais eleitos, nem os anteriores, nenhum de nós pegou num pedaço de terreno virgem e fez daqui um concelho. O concelho já existia com muita água felizmente, até agora como disse o Augusto com muitos problemas que não foram só no anos oitenta (80) e se repetiram com muitos problemas no pico do Verão em que andávamos aí, a explicar às pessoas

aquilo que as pessoas não entendiam e o Proença sabe que na Nora andávamos lá a dizer às pessoas o que é que deviam fazer e o que é que não deviam fazer, mas o problema existia, e as pessoas com problemas desta natureza, não querem saber como é que se resolve, querem-no resolvido. E a população, o Artur está abanar a cabeça, sabe que isto é verdade, as pessoas quando têm um problema, seja ele qual for, um problema relativo à água, relativo à electricidade que não é da nossa competência, sempre assim foi, relativo ao lixo, as pessoas não querem saber como é que se resolve. E a população de Borba e dos outros concelhos, acho que era o Rui que dizia à bocado que lamentava que não houvesse mais gente, eu também lamento, lamento sempre, mas isto é um problema geral não é um problema de agora, não é um problema do passado. Parece que é um problema que se agrava, aí há tempos o Joaquim dizia que era um problema que se agravava, que se agrava cada vez mais, a população não se preocupa muito quem é que gere a água, a população não está nada preocupada, que seja uma empresa Inter-Municipal, Multi-Municipal que seja a Câmara sozinha, que seja a empresa "Águas de Portugal" a população não quer saber disso para nada, a população quer várias coisas muito simples, quer ter água nas torneiras sempre, ter água com pressão para pôr as máquinas a lavar, ter água, começa aparecer e ainda bem, a exigência de ter água com qualidade e se possível pagar pouco. Isto é o que a população quer em geral, esteja no poder quem estiver, seja Presidente e vereador quem for, a população quer isto, e não se preocupa com mais nada, se a água faltar a culpa é do Presidente que neste caso chama-se Ângelo de Sá e era dos outros que cá estavam antes, se a água não tiver qualidade e vier aí uma entidade qualquer de saúde dizer que há problemas com a água, vêm cá logo as televisões e está toda a gente contra a Câmara, porque a Câmara é responsável, se a água não tiver pressão as pessoas vêm à Câmara e quando não vêm telefonam e ofendem quem lhes aparece na linha telefónica ou quem lhes aparece no corredor da Câmara. E isto todos sabemos, os que por cá passámos sabemos isto, mas nós eleitos temos responsabilidade, temos uma responsabilidade maior que nos foi dada pela população, temos a responsabilidade de discutir até que estejamos elucidados e decidir porque temos de decidir naturalmente, não podemos ficar a vida toda a discutir estas coisas e não decidir, temos que decidir. O que me parece é que, com as intervenções que têm sido feitas, com as perguntas que têm sido feitas ao engenheiro Coelho de Carvalho, com as intervenções dos Membros da Assembleia Municipal, o que me parece cada vez mais é que esta decisão foi uma decisão, eu não digo precipitada porque a decisão tinha que ser tomada, mas foi uma decisão sem a discussão necessária e aí a empresa não tem nada, não tem nenhuma responsabilidade naturalmente, a empresa não tem nenhuma responsabilidade nisto. É uma responsabilidade política, esta é uma responsabilidade da Câmara, é uma responsabilidade da maioria que gere este concelho, esta decisão foi precipitada porque nem os próprios eleitos que a tomaram tiveram plena consciência dela. Aquilo que estamos aqui a levantar, as perguntas que estamos aqui a fazer, deveremos fazê-las a defensores de outros sistemas a defensores de vários sistemas e decidirmos depois, e o Partido Socialista tem uma maioria, uma maioria esmagadora, decidiria na mesma como quisesse. Agora entristece-me muito que haja duvidas em eleitos depois da decisão tomada e ainda bem que as colocam porque se calhar há outros que também têm as dúvidas e não as colocam, ainda bem que são colocadas. Eu compreendo perfeitamente, são as respostas possíveis, não são as respostas provavelmente que os eleitos que as fizeram, gostariam de ter, não são respostas suficientemente claras sobre números, sobre investimentos, sobre preços, mas compreendo perfeitamente que as dê, que seja assim. Mais uma vez digo, lamento e lamento profundamente que a população de Borba nem sequer se aperceba de uma decisão, que foi tomada e que vai hipotecar o futuro do concelho nesta matéria e vai pela primeira vez alienar uma competência sobre um bem fundamental do nosso concelho, de todos os concelhos, mas num bem fundamental que é a água, a Câmara alienou as suas competências nesta matéria e alienou por um período por trinta (30) anos, a Câmara e a maioria socialista desta Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal: Era só para esclarecer uma situação a propósito desta última intervenção. Foi dito que a água é do Concelho, mas de acordo com a Lei vigente, as águas subterrâneas em Portugal são património do Estado, não são património das autarquias, talvez que a Câmara tenha alienado a gestão da água, depois de a retirar, mas a água, essa é do Estado Português. Mário de Deus, faz favor.

O Membro Mário de Deus : Então muito boa noite a todos, muito obrigado ao senhor engenheiro, penso que as suas explicações, naturalmente, não poderam explicar tudo, porque há sempre questões que têm a

ver com o foro da política, mas penso que foi muito útil, foi muito válido, aprendemos todos muito, e penso que aprendemos mais, sem nenhuma presunção. Aqueles que sabíamos pouco, quanto menos a gente pensa que sabe, mais disponibilidade naturalmente tem para aprender e penso foi o que aconteceu. Para mim ficou claro desta intervenção da Filipa que vem ao encontro das outras intervenções anteriores dos companheiros aqui da Assembleia Municipal que pertencem à bancada da CDU. Porque eu penso que se percebeu, nesta altura está claríssima, a estratégia que o PCP aqui fez, aplicada já na Assembleia em que isto se decidiu. Os pseudo-sabedores levam as questões para a economia, da qual não entendem nada naturalmente, dizem umas certas asneiras e ficam convencidos, e, os outros de bom senso fazem uma conversa mais calma, mais paciente, menos presunçosa, esclarecem-se e decidem. Voltamos à conversa, já decidiram, não deviam ter decidido, mas é preciso decidir, mas deviam ter decidido e depois pensaram decidir e já deviam ter decidido e andamos aqui nisto. Estava a ver que ficávamos a noite toda à espera que isto se resolvesse. O que me levou a decidir naquela Assembleia aqui há uns meses, em que essa decisão foi tomada, são meia dúzia de ideias simples e claras que penso que toda a gente ficou com elas bem retidas na cabeça. A questão divide-se em duas partes, a questão da qualidade e da quantidade da água, do bem que está em apreciação, por um lado e depois a questão do preço. Em relação à primeira questão não acredito que haja aqui alguém que tenha algumas reticências a pôr, é claro para todos que esta opção garante a qualidade e a quantidade da água que vai sair nas nossas torneiras por um lado e garante a qualidade dos esgotos e da forma como eles vão ser tratados. Penso que não há aqui ninguém que tenha a mínima dúvida, os pseudo, os pseudo-conhecedores, companheiros aqui destas jornadas da Assembleia, do PCP, falam de alguma razão de queixa, de alguma dor de corno entre aspas, já agora. Porque participaram neste negócio mais tempo, portanto, conhecem o negócio há mais tempo a nível das cúpulas e é daí que vem um certo mal estar e uma certa insatisfação de quem perdeu, de quem aqui há uns anos com o Ministro Sócrates teve uma luta política e perdeu-a, e perdeu-a se calhar e muito bem perdida, portanto, isto é o que eu acho. Para os outros, para os do bom senso, então o que é que eu tenho a dizer, o que é que me levou a mim a justificar, porque é que eu tenho a certeza que optámos bem. Optámos bem, porque optámos ao contrário da questão dos lixos. Nos lixos, fez-se uma empresa Inter-Municipal, e penso que a Associação de Municípios do Distrito de Évora foi o último distrito, não quero garantir, mas penso que foi o último distrito do país a resolver o problema dos lixos, portanto, dos resíduos sólidos. Ou seja, a Associação dos Municípios manifestou uma falta de competência, de profissionalismo a tratar esta questão que todos nós, constatámos e verificámos. Penso que talvez o distrito mais pequeno do país, um dos distritos mais limpos do país foi o último a ter o problema dos resíduos sólidos resolvido, e isto para ser simpático, porque ainda estão por resolver. Portanto, a questão dos lixos foi o último modelo, foi a Associação de Municípios que os tomou em mão, o ministro Sócrates se calhar aí não teve tanta força, deixou-se enrolar e o resultado para nós foi que ainda hoje não temos o problema dos resíduos sólidos resolvido, isto é uma evidência, não há aqui nenhuma dúvida. Outra evidência, a Câmara Municipal do Redondo, cujo Presidente é, simultaneamente, o Presidente da Associação de Municípios, deixou-se de prorridos, não vai atrás de conversas e veio para este sistema de funcionamento. Portanto, ele que está lá dentro é que sabe bem, ele que tem sido o gestor, ele que foi o gestor desta história dos lixos, portanto, ele é que teve muita responsabilidade nisto tudo. Quanto às águas e ao saneamento, deve ter dito lá para ele de certeza, noutra é que eu não caio, vou mas é fazer as coisas bem feitas porque os meus cidadãos, os meus concidadãos, os meus patrícios têm que ser tratados com toda, com toda a linearidade. E tenho mais uma ideia, ainda clara e presente que fica, em Vila Viçosa, os nossos patrícios aqui ao lado, escolheram o outro sistema, teoricamente pelo menos na interpretação que os tais companheiros aqui de guerra da Assembleia que pertencem à bancada aqui do PCP fazem, ficaram agarrados, ficaram agarrados à ideia chave de que não se podem alienar competências, não se pode correr o risco de que os mais fracos venham a ser prejudicados porque eles, só eles é que falam nos mais fracos, só eles é que se preocupam com eles, os outros não se preocupam. Agora em Vila Viçosa, a água não é mais barata que em Borba, a factura da água, como o senhor Presidente já referiu muito bem, inclui pela primeira vez os resíduos sólidos e o saneamento, subiu, é óbvio que subiu, tinha que subir. Em Vila Viçosa é mais barato que em Borba, naturalmente que não é, sabemos todos que não é, o Rui tem aqui os documentos que mostram com evidência que não é, mas não temos só Vila Viçosa, temos também aqui Estremoz. Em Estremoz é mais barata? Também sabemos todos que não é, portanto, naturalmente o que aqui fizemos hoje já pela segunda vez, é um exercício que eu acho, não quero outra vez que me digam que eu me esqueço de alguma coisa, é um exercício de retórica, mas a retórica também faz parte desta casa, é nesta casa que a

retórica se deve fazer, portanto, na sequência do que sempre tenho dito, aqui a retórica também fica muito bem, a demagogia é aqui que deve ser feita, se calhar à nossa medida provinciana, coitadinha, pequenina da aldeia. Faz lembrar os senhores da aldeia, mas pronto é assim, é aqui que tem que ser feito, isso não é por aí que, que eu me zango. E foi baseado nestas razões fundamentais que tomamos a decisão aqui à uns meses e que hoje reafirmamos. Desafio os meus colegas de sofrimento, a dizerem-me se estou enganado nalguma destas ideias, muito obrigado.

O Presidente da Câmara Municipal : Só um esclarecimento. Já agora porque vem a propósito da intervenção da nossa digníssima deputada Filipa Almeida e que é o seguinte: eu não disse que não tinha dúvidas. Eu não sou como o Cavaco Silva que dizia há alguns anos atrás, "Que raramente se enganava, e que nunca tinha dúvidas", mas eu tenho dúvidas mesmo em relação ao sistema Multi-Municipal, mas em relação ao Inter-Municipal é que eu tenho muito mais ainda, até porque estou lá metido em relação aos resíduos sólidos. Há uma coisa certa e isso não tenho dúvidas é que a opção pelo sistema Multi-Municipal, vai-me permitir satisfazer as populações naquilo que elas pedem há muitos anos, como o senhor engenheiro acabou por dizer à bocado. E outra coisa em relação aos preços, eu só me lembro de dois ditados populares: um é que "Sol na eira e água no nabal" não há, e outro é que "Galinha gorda por pouco dinheiro", como se diz cá no nosso Alentejo, também não há, portanto, quando a qualidade aumenta, naturalmente que os custos também têm que aumentar, muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Bom, como não há mais inscritos dava por encerrada a sessão e passaria à leitura da minuta da acta. Vamos votar. Está aprovada por unanimidade. Muito obrigado, boa noite a todos e muito obrigado senhor engenheiro.

ANEXOS A ESTA ACTA:

Anexo 1 - Proposta apresentada pelos membros da mesa da Assembleia Municipal.

Anexo 2 - Proposta apresentada pelos eleitos da C.D.U.